

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
GABRIELA VARELLA DE OLIVEIRA

**DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE E A DINÂMICA INTERVENTIVA DO ESTADO
NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: ANÁLISE CRÍTICA DA REFORMA
TRABALHISTA DE 2017**

CURITIBA
2017

GABRIELA VARELLA DE OLIVEIRA

**DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE E A DINÂMICA INTERVENTIVA DO ESTADO
NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: ANÁLISE CRÍTICA DA REFORMA
TRABALHISTA DE 2017**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Direito, Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Sidnei Machado
Coorientador: Professor Doutor Paulo Opuszka

CURITIBA
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIELA VARELLA DE OLIVEIRA

DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE E A DINÂMICA INTERVENTIVA DO ESTADO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: ANÁLISE CRÍTICA DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017

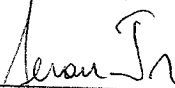
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



SIDNEI MACHADO
Orientador



PAULO RICARDO OPUSZKA
Coorientador



MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR - Direito
Privado
Primeiro Membro



ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA
Segundo Membro

*À minha mãe, por ter me apresentado a vida e a luta de classes e por me segurar
quando tudo parece desmoronar.*

*À minha avó Carmen, por ser o refúgio a se buscar diante dos momentos mais
turbulentos.*

*Ao meu pai - que aflorou em mim o anseio de defender a classe trabalhadora
explorada pelo capital – por ser exemplo de superação e por soprar do céu as
respostas no meu ouvido quando nada parece dar certo.*

*Ao meu amor, por apoiar todas as minhas escolhas – por mais distantes das suas
que possam ser - me amparar em todos os meus projetos e por não medir esforços
para realizar todos os meus sonhos.*

Ao Max, pelo seu amor incondicional que me fez infinitamente melhor.

AGRADECIMENTOS

Finda a graduação, não poderia iniciar sem agradecer a todos aqueles que me ajudaram a trilhar esse caminho. A felicidade de chegar nesse momento passa pela alegria de poder contar com a ajuda e o apoio de tantas pessoas especiais, sem as quais o caminho teria sido muito mais árduo.

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer aos professores - e demais juristas com quem convivi - que estimularam a minha afeição pelo Direito do Trabalho. Quando nasci me deparei com uma família acolhedora que, ao longo dos anos, me ensinou sobre como conduzir a vida pessoal, tornando tudo mais simples. Da mesma forma, iniciando a vida profissional, fui acolhida por professores e outros profissionais que me ensinaram sobre Direito e, sobretudo, me aconselharam sobre o que julgavam ser o melhor para o meu desenvolvimento profissional. O início dessa trajetória seria muito mais árduo sem contar com o acolhimento e a compreensão desses grandes profissionais.

Dentre os brilhantes juristas com quem estagiei, cito o Dr. José Laercio Chelski, que me ensinou sobre as bases do Direito Previdenciário com toda a paciência necessária a um supervisor de primeiro estágio. Ainda, agradeço ao Dr. Ludimar Rafanhim, exemplo de luta na prática do Direito Sindical e à Dra. Andressa Rosa Bampi, por todos os ensinamentos, todo o estímulo e, sobretudo, por todos os conselhos pessoais e profissionais. Por fim, agradeço aos professores da UFPR, em especial à professora Aldacy Rachid Coutinho e aos professores Sidnei Machado e Marco Aurélio Serau Júnior por todas as oportunidades e orientações e por toda a bondade que me destinaram.

Agradeço também às minhas melhores amigas da UFPR, Ana Laura, Juliana e Gabriela por terem sido companheiras nos momentos bons e ruins. Vivemos experiências incríveis juntas e desejo que continuemos tão unidas por todo o resto de nossas vidas.

Às minhas melhores amigas do colégio Letícia Paiva e Letícia Macedo por sempre poder contar com o amor e com o apoio de vocês, ainda que a convivência não seja mais tão intensa e ao meu melhor amigo Iago, que, mesmo com a distância física imensa ainda mantém o seu coração pertinho do meu.

À minha família e, em especial, aos meus pais, por todo o estímulo e todo o amor que recebi.

E, por fim, ao meu amor, obrigada por ser meu suporte em dias tristes e meus sorrisos em dias felizes, pelo incentivo diário, pela paciência, pela compreensão e pelos auxílios sempre que foi necessário.

*Todos nós vamos morrer, que circo!
Só isso deveria fazer com que amássemos uns
aos outros, mas não faz.
Somos aterrorizados e esmagados pelas
trivialidades, somos devorados por nada.*

Charles Bukowski

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo*

Bertold Brecht

RESUMO

A Reforma Trabalhista de 2017-Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017- aprovada pelo governo pós impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff pretende romper com os paradigmas atuais do Direito do Trabalho, em especial com o seu princípio corolário, qual seja, o da proteção do trabalhador, tido como hipossuficiente no âmbito da relação de trabalho. Mesmo diante dessa conjuntura desfavorável, a classe trabalhadora se mantém inerte e distante das entidades de representação. O presente trabalho se propõe a estudar – através do método de revisão bibliográfica - as possíveis razões pelas quais a classe trabalhadora deixa de assumir uma postura combativa diante da derrocada de seus direitos, partindo-se de uma análise teórica acerca da perda da consciência de classe. Ainda, pretende-se demonstrar em que medida os mesmos discursos que afastam os trabalhadores da consciência de sua condição frágil em face do capital são utilizados como tecnologia para a fabricação de argumentos favoráveis a aprovação da Reforma Trabalhista, apontando-se para a desconstrução de tais argumentos.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Direito do Trabalho. Poder Disciplinar. Ideologia da classe dominante. Intervenção do Estado nas relações de trabalho.

ABSTRACT

The Labor Law Reform of 2017 - Law No. 13,467 of July 13, 2017 - approved by the post-impeachment government of the elected president Dilma Rousseff intends to break with the current paradigms of the Labor Law, especially with its corollary principle, that is, the principle of the protection of the worker, considered to be fragile in the scope of the employment relationship. Even in the face of this unfavorable circumstances, the working class remains static and distant from their entities of representation. The present monograph proposes to study - through the bibliographic review method - the possible reasons why the proletarian class don't assume a combative position in face of the overthrow of their rights, starting from a theoretical analysis about the loss of the class consciousness. Besides that, it was intended to demonstrate how the same discourses that distance workers from the awareness of their fragile condition in the face of capital are used as technology for the fabrication of arguments favorable to the approval of the Labor Law Reform, pointing to the deconstruction of these arguments.

Keywords: Labor Law Reform. Labor Law. Disciplinary Power. Ideology of the dominant class.State intervention in labor relations.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ALTERAÇÕES NA CLT	63
------------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE: PODER DISCIPLINAR E ABSORÇÃO DA IDEOLOGIA DA CLASSE DOMINANTE	15
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2.2	A PROJEÇÃO DO PODER DISCIPLINAR DE FOUCAULT NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	15
2.2.1	Os discursos relacionados ao trabalho como espelho do poder disciplinar .	20
2.3	A LIGAÇÃO ENTRE O DISCURSO DE DOCILIZAÇÃO PRODUZIDO PELO PODER DISCIPLINAR E A DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE EM DECORRÊNCIA DA IDEOLOGIA.....	22
2.4	PODER DISCIPLINAR E IDEOLOGIA COMO INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO PELA CLASSE DETENTORA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO	26
2.5	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUIA DE CONCLUSÃO	30
3	A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL	31
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	31
3.2	O DIREITO E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	31
3.3	BREVE ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL	34
3.4	DIREITO CAPITALISTA DO TRABALHO?	40
3.5	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUIA DE CONCLUSÃO	42
4	A DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE COMO INSTRUMENTO PARA O AFASTAMENTO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA RELAÇÃO DE TRABALHO	44
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	44
4.2	O DISCURSO DA SUPOSTA “LIBERDADE” DO TRABALHADOR	45
4.3	O “ACORDO ENTRE AS PARTES” COMO INSTRUMENTO DE OCULTAÇÃO DA REALIDADE CONFLITIVA, INJUSTA E DESIGUAL DA RELAÇÃO DE TRABALHO	48
4.4	ARGUMENTOS PARA O AFASTAMENTO DO ESTADO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SUA DESCONSTRUÇÃO	54

4.5	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUISA DE CONCLUSÃO	59
5	A REFORMA TRABALHISTA DE 2017	60
5.1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	60
5.2	OS FUNDAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS PARA A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E SUA DESCONSTRUÇÃO.....	61
5.3	OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS PARA A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E SUA DESCONSTRUÇÃO	66
5.4	A PERSPECTIVA DOS IMPACTOS PRÁTICOS OCASIONADOS PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017	68
5.5	O PODER DISCIPLINAR E A ABSORÇÃO DA IDEOLOGIA DA CLASSE DOMINANTE COMO FATORES MOTIVACIONAIS DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017	74
5.6	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUISA DE CONCLUSÃO	75
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

Na linha do que ensina Foucault, o trabalho, para além da produção material, também produz discursos, os quais ligam os sujeitos ao processo de produção e de normalização deles próprios.

Para a realização dessa fixação dos indivíduos ao aparelho de produção e dessa normalização de condutas – essencial para o funcionamento do modo de produção capitalista – se faz necessária a incidência de um de poder político. Portanto, a ligação do homem ao trabalho é operada por um poder, com o fim de fomentar a produção, chamado por Foucault de poder disciplinar.

Esse poder subordina a classe trabalhadora - que passa a naturalizar a desigualdade na distribuição de riquezas - e camufla os antagonismos de classe, suprimindo sua postura combativa.

A conflituosidade entre as classes é, ainda, camuflada e suprimida por meio da perda de identificação do trabalhador como pertencente à sua classe, assumindo uma consciência política ligada aos interesses da classe antagônica e introjetando a ideia de que contra esta não se deve insurgir, por meio de distorções ideológicas.

Considerando que a classe trabalhadora é constantemente submetida ao poder disciplinar e à perda de consciência de classe por meio da produção de discursos ligados ao trabalho, a relação de trabalho não se caracteriza como acordo entre iguais, se impondo a necessidade de regulação estatal como freio à exploração, embora se deva ter como premissa a noção de que o Estado atende, de modo geral, aos interesses da classe dominante.

No Brasil, embora não se possa desconsiderar a existência de reivindicações por parte da classe trabalhadora - tendo em vista que o capital não faz concessões sem que se depare com a possibilidade de ruptura com o modo de produção - a construção da normativa trabalhista se deu com base em um discurso de outorga, de benesse do Estado para com os trabalhadores, os quais deveriam, em contrapartida, colaborar com o desenvolvimento do país, doando-se ao trabalho.

Desse modo, a construção do sujeito de direitos trabalhistas, no Brasil, ocorreu em uma perspectiva de colaboração com o capital, e não de rompimento com o sistema, o que evidencia em que medida os discursos disciplinares se fizeram e se fazem presentes na subjetividade da classe trabalhadora brasileira.

Embora se permita realizar essa crítica, é importante ressaltar que a existência de uma legislação trabalhista protetiva do empregado é extremamente relevante, seja por cunhar no trabalhador a consciência da legitimidade de seus direitos, seja porque, em uma perspectiva de manutenção do sistema, qualquer freio à exploração é mais vantajoso do que a absoluta desproteção dos hipossuficientes.

A partir da introdução do pensamento neoliberal, ocorreu um enfraquecimento da solidariedade de classe por parte da classe trabalhadora, que passou a se identificar de forma muito mais intensa com o seu empregador do que com outros trabalhadores ou com suas entidades de representação, enfraquecendo-se os movimentos operários.

Em decorrência da introjeção do neoliberalismo, em especial em momentos de recessão econômica, emerge o discurso de que o Direito do Trabalho se coloca como protetor daqueles que não se adequam à submissão, inimigos da ordem social, além de, supostamente, engessar a dinâmica das relações de trabalho e levar à insegurança do empregador, fazendo frente ao desenvolvimento econômico. Ademais, o discurso neoliberal critica a ingerência no mercado e nas empresas sob o fundamento de que isso impediria o seu funcionamento, pressupondo que a eficiência do mercado é o único caminho para promover o bem-estar da população.

Nasce então, a concepção de que o Direito do Trabalho deve ser reduzido, afastando o Estado da regulação das relações de trabalho e delegando às partes a “liberdade” de contratar nas condições em que bem entenderem, desconsiderando que a relação de trabalho não se dá entre iguais e que não há liberdade efetiva por parte da classe trabalhadora, desprovida de poder ideológico ou monetário.

Esse discurso traz implícita a tese de que a culpa pela desigualdade social, pelo desemprego e pela informalidade seria dos trabalhadores protegidos pela legislação trabalhista, os quais se sujeitam ao capital nos moldes do emprego, minando ainda mais solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência ao desmonte e ao rebaixamento de direitos.

No presente trabalho, pretende-se demonstrar em que medida o predomínio do discurso neoliberal – em razão da incidência do poder disciplinar e das distorções ideológicas - é um dos permissivos da desconstrução do Direito do Trabalho nos moldes do emprego, concretizada por meio da Reforma Trabalhista de 2017, explanando em que medida os supostos motivos pelos quais tal reforma fora

aprovada não passam de discursos retóricos, que ocultam as verdadeiras razões para sua aprovação.

2 DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE: PODER DISCIPLINAR E ABSORÇÃO DA IDEOLOGIA DA CLASSE DOMINANTE

“Um homem que não dispõe de qualquer passatempo, cuja vida inteira, à parte de meras interrupções puramente físicas para o sono, alimentação, etc. se acha totalmente absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, ainda é menos que uma besta de carga. Constitui uma simples máquina de produzir riqueza para outrem esmagado fisicamente e embrutecido intelectualmente. E, não obstante, toda a história da indústria moderna revela que o capital, se não lhe erguem obstáculos, procura sempre, implacavelmente e sem piedade, reduzir toda a classe operária a esse nível de mais baixa degradação¹.”

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Reforma Trabalhista de 2017 levará à completa desestruturação das bases das relações de trabalho no Brasil.

Ainda que se fale em redução da informalidade como um dos supostos efeitos positivos da reforma, a perspectiva é de que a formalização ocorra concomitantemente a um significativo aumento da precarização do trabalho.

Diante desse cenário, a classe trabalhadora permanece inerte, se afastando cada vez mais das entidades representativas e dos movimentos de luta e abdicando da solidariedade de classe. Isso pode ser constatado por meio da baixa adesão às escassas manifestações e protestos realizados em face da Reforma Trabalhista, bem como pelo predomínio da ideia de que é preciso abrir mão de direitos conquistados para que seja viabilizada a retomada do crescimento econômico.

No presente capítulo pretende-se abordar possíveis razões políticas e ideológicas determinantes para essa apatia da classe trabalhadora, como um todo, em face de um momento histórico de austeridade no âmbito do Direito do Trabalho.

Para isso, buscou-se estudar a tese do poder disciplinar, desenvolvida por Michel Foucault, ligando-a à passiva absorção, pela classe trabalhadora, da ideologia da classe dominante, o que leva à negação de sua consciência de classe, conforme será explanado.

2.2 A PROJEÇÃO DO PODER DISCIPLINAR DE FOUCAULT NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

¹MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Global, 1987. p. 74.

As teses desenvolvidas por Michel Foucault levam a pensar no trabalho como algo cujo resultado não se restringe somente à produção material, mas também à produção de discursos. Nesse sentido, uma das verdades produzidas pelo discurso está expressa na relação que as coletividades estabelecem com o trabalho: independente da necessidade material dos indivíduos, o trabalho, muitas vezes, é posto como uma necessidade em si, como uma fonte de dignificação, discurso este que contribui para que os sujeitos se tornem mais suscetíveis ao controle.

Para que os sujeitos absorvam esses discursos ligados ao trabalho é preciso que se realizem uma série de operações complexas através das quais os homens se tornem efetivamente ligados ao aparelho de produção para o qual trabalham². É preciso, ainda, uma operação política para que a essência do sujeito passe a aparecer como sendo a essência do trabalho³.

No sistema capitalista, “a fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, reformação ou correção de produtores⁴”. Assim, na fábrica ou na prisão, as condutas haverão de ser, na ordem capitalista, normalizadas e hierarquizadas de modo a premiar condutas conformes e reprimir atitudes em desacordo com a normalização⁵, com o fim de fomentar a produção. Nesse sentido,

“É preciso que o tempo dos homens seja oferecido ao aparelho de produção; que o aparelho de produção possa utilizar o tempo de vida, o tempo de existência dos homens. É para isso e desta forma que o controle se exerce. São necessárias duas coisas para que se forme a sociedade industrial. Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e compra-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho⁶.”

Portanto, para a realização plena do modo de produção capitalista, o tempo de vida dos sujeitos deve ser transformado, em sua maior parte, em tempo de trabalho.

² FOUCAULT, Michel. A Verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996. p. 124.

³ Ibidem, p. 124.

⁴ Ibidem, p. 114.

⁵ RAMOS FILHO, Wilson. Direito Capitalista do Trabalho. São Paulo: LTr, 2012. p.27.

⁶ FOUCAULT, Michel. A Verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996. p. 116.

Ademais, é preciso que uma trama de poder político se tenha estabelecido, fixando os homens ao aparelho de produção, fazendo deles agentes da produção. A ligação do homem ao trabalho, portanto, é uma ligação operada pelo poder⁷.

Há de se considerar, então, que o poder disciplinar, além de permitir a expropriação da força de trabalho, incorrendo na mais-valia⁸ e na acumulação, recai essencialmente sobre a subjetividade dos indivíduos.

Assim, se mostra possível defender que a dominação e a hipersuficiência na relação de trabalho vai além dos mecanismos jurídicos. A própria situação dos sujeitos envolvidos denota a clara incidência de um poder que vai muito além daquilo que está institucionalizado e positivado⁹ e até mesmo do poder diretivo do empregador.

Esse poder, presente em diversas ramificações sociais, inclusive nas relações de trabalho, foco desta pesquisa, é aquele que Foucault chama de poder disciplinar, típico de uma sociedade disciplinar, que seria a sociedade dos dias atuais¹⁰.

O poder disciplinar é um poder que, além de se apropriar, tem como objetivo maior “adestrar”, ou, ainda, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor¹¹. Nessa configuração, a disciplina “fabrica” indivíduos, é a técnica característica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. É um poder modesto, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente¹².

Nesta configuração da sociedade disciplinar, de acordo com Foucault:

“A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e

⁷ Ibidem p. 125.

⁸ A mais-valia é, de acordo com o pensamento Marxiano, o valor produzido pelo trabalhador, que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca, ou seja, o capitalista se apropria dos resultados do trabalho excedente, não pago. BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 335.

⁹ SANTOS, Michel Carlos Rocha Santos. A relação de emprego como relação de poder: ensaio a partir de Michel Foucault. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ef0d3930a7b6c95b>. Acesso em: 10 de julho de 2017. Acesso em: 10/07/2017. p. 6.

¹⁰ Ibidem. p. 8.

¹¹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 29 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 143.

¹² Ibidem.

inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.¹³”

A diminuição das forças do corpo designada por Foucault se liga à obediência, à subordinação, e, assim, à supressão de uma postura combativa da classe trabalhadora em face da exploração pelo capital. Portanto, o poder disciplinar torna o sujeito mais útil economicamente, aumentando a produção, e mais subordinado politicamente, camuflando o antagonismo de classes.

Nessa toada, Foucault aponta os recursos que servem de instrumento para a extração máxima das forças e do tempo, os quais, sem grandes percalços, podem ser interligados aos mecanismos dirigidos aos trabalhadores.

O primeiro deles é a vigilância hierárquica, por meio da qual a classe trabalhadora é levada a crer que os diversos níveis da hierarquia empresarial estão permanentemente observando cada ato¹⁴. Tal vigilância não leva em conta somente a atividade dos homens, seu conhecimento técnico, mas também seu comportamento¹⁵, exemplo disso são as práticas antissindicais, dispensadas àqueles que vislumbram o embate da luta de classes e adotam comportamento destoante do considerado apropriado.

O segundo mecanismo é a sanção normalizadora, a qual permite a aplicação da penalidade disciplinar para todos os casos inadequados à regra e, em contraponto, as recompensas para as condutas normatizantes, que atendem ao interesse da produtividade empresarial.

Por fim, o terceiro mecanismo é o exame, onde o poder disciplinar se manifesta de três formas: a primeira se refere à ocultação do exercício desse poder, de forma que, ao não perceber o controle, o trabalhador se submete de forma “voluntária” ao poder do empregador, a segunda é o padrão de normalidade obtido por meio de tarefas de registro, de estatística e de comparação do desempenho de cada trabalhador, possibilitando o sistema da premiação/punição, e, finalmente, “descrito, medido, comparado a outros”, o trabalhador poderá ser treinado ou

¹³ Ibidem. P. 119.

¹⁴ RAMOS FILHO, Wilson. Direito Capitalista do Trabalho. São Paulo: LTr, 2012. p. 104.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 29 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 146.

retreinado, “classificado, normalizado, excluído”¹⁶, o que se caracteriza como a terceira forma de manifestação do poder disciplinar.

Conforme expõe Foucault na obra *Vigiar e Punir*, a utilização desses mecanismos garante o controle sobre os sujeitos da relação de trabalho, não só de forma física, como também no que diz respeito à subjetividade.

De acordo com o filósofo, a classe dominante compreende que devem existir artifícios capazes de assegurar “a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas”¹⁷. Entretanto, cabe ressaltar quando se tem um poder que seria inteiramente entregue a apenas um sujeito, ou a uma classe, que exerceria isoladamente e totalmente sobre os outros, pelo contrário, se trata de uma máquina que circunscreve todo o mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce¹⁸.

Desse modo:

“O indivíduo é, sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos (...). Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”¹⁹.

Nessa toada, importa ressaltar que não existe ninguém, nem nenhuma “elite” má, se reunindo e decidindo como manter a imensa maioria dos indivíduos na tolice e na obediência a convenções e modos de vida superficiais²⁰. O que existe são “interesses” que tendem a se reproduzir, permitindo o acesso de alguns privilegiados a bens escassos, sempre que não ocorram processos de aprendizado e de tomadas de consciência que possam limitar seus malefícios a coletividades²¹.

Embora seja necessária a adoção dessa ideia, ainda que se afirme que o poder é circular – pois concebido nas redes da sociedade – as relações de poder podem ser preponderantes e permitir a instalação de uma supremacia para assegurar a dominação de classe, como, por exemplo, na relação de trabalho.

¹⁶ Ibidem. p. 154-161.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 218.

¹⁸ Ibidem. p. 219.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 161.

²⁰ SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 50.

²¹ Ibidem.

Nesse sentido, conforme já apontado, é ressaltado por Foucault que os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder são articulados para fomentar a produção:

“Estes saberes e estes poderes se encontram muito mais firmemente enraizados não apenas na existência dos homens, mas também nas relações de produção. Isso porque, para que existam as relações de produção que caracterizam as sociedades capitalistas, é preciso haver, além de um certo número de determinações econômicas, estas relações de poder e estas formas de funcionamento de saber²².”

Portanto, em função de se promover um melhor aproveitamento do homem e de sua capacidade produtiva, no sentido estrito do termo, é preciso disseminar o discurso do trabalho como algo a ser gerido, inserido em sistemas de utilidade, devidamente regulado para o bem de todos, funcionando de acordo com um padrão ótimo²³. Esta visão empreendedora, reguladora, capitalista, encontra sua expressão nas metodologias de poder atualmente em vigor²⁴.

Inevitável, portanto, enxergar o poder disciplinar negativamente, associando com poder opressor ou repressor, de um sobre o outro, pois, ainda que circular, o poder disciplinar beneficia a classe detentora dos meios de produção, em detrimento da classe desprovida de capital.

2.2.1 Os discursos relacionados ao trabalho como espelho do poder disciplinar

No imaginário da classe desprovida de capital, ter um trabalho se coloca como uma proteção moral, uma espécie de colete à prova de maiores humilhações, sendo o fato de ser confundido com um ladrão a maior delas²⁵, afinal, os ladrões são, ao lado dos mendigos, os únicos que rompem completamente com os acordos morais da sociedade meritocrática. Mas o ladrão é ainda pior, pois sua postura vai além de um protesto mudo, chegando a agredir a propriedade, em um gesto

²² FOUCAULT, Michel. A Verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996. p. 126.

²³ BATISTA, Jorge Luiz Candido de; GUIMARÃES, Jane Rodrigues. A Gestão do trabalho, do homem e da vida a partir do pensamento de Foucault: Revista Kineses. Vol. I. n° 02. Outubro 2009. p. 124 – 133. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Artigo09.Jorge.Luiz.pdf>>. Acesso em: 08/11/2016.>. p. 6.

²⁴ Ibidem.

²⁵ SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 247

simbólico contra o valor moral de conquistas dignas²⁶, o que lhe concede o último lugar na fila dos desajustados à disciplina dos corpos.

Neste ponto, é possível observar que o mesmo poder que, por meio do discurso, normatiza as condutas dos trabalhadores, também se direciona a adestrar os sujeitos para que não se dediquem à prática de atos tidos pelo ordenamento jurídico como delitos. Assim, o ladrão é visto como aquele que “não quer trabalhar”, que rompe com o alcance da propriedade por meio do esforço do trabalho.

A conduta tranquila está sempre associada à condição de trabalhador honesto e digno, pois é o melhor antídoto à conduta violenta e agressiva da bandidagem²⁷.

Percebe-se, então, que essa conduta tranquila, cuja adoção afasta os sujeitos da delinquência – tida como a pior condição à qual se pode chegar – se estende para a luta de classes, levando a classe desprovida dos meios de produção a assumir que envolver-se com o movimento sindical, fazer greve, protestar por melhores condições de trabalho, ou quaisquer outros tipos de reivindicação, seria incorreto, pois se assume uma conduta combativa em face da desigualdade, totalmente desprestigiada pelo poder disciplinar e aproximada da conduta agressiva do delinquente.

Esses processos de normalização permitidos pelo poder disciplinar integram a ética fundante do espírito capitalista, produzindo uma conformação social, comportando um número suficiente de pontos de apoio para sensibilizar aqueles aos quais o discurso se dirige, ou seja, para ao mesmo tempo ir ao encontro de sua experiência moral de vida cotidiana e lhes propor modelos de ação que eles possam adotar. Assim, a ética capitalista impõe o dever moral de trabalhar, silenciando quanto à repartição ética dos frutos do trabalho²⁸.

Inseridos nessa configuração, os trabalhadores não desejam melhorias nas condições de sua classe, mas sim estar no lugar do outro, pois reconhecem o espaço de autoridade e poder (do empregador) e, assim, diante da sempre possível troca de posição, aceitam e mantêm a estrutura, buscando melhoria de suas

²⁶ Ibidem. p. 250.

²⁷ Ibidem. p. 248.

²⁸ RAMOS FILHO, Wilson. Direito Capitalista do Trabalho. São Paulo: LTr, 2012. p.19.

condições de forma individual (aceito o empregador e seu poder, pois um dia poderei ocupar esse lugar)²⁹.

Ao desejar sair de sua condição pelo mesmo caminho que os condena, os sujeitos reproduzem, em seu próprio corpo, toda a lógica da desigualdade existente, movimentando o círculo do poder disciplinar.

Portanto, a visão do trabalho como elemento que agrega valor não apenas às mercadorias, mas também ao próprio homem, é um discurso que induz a efeitos de classe específicos, contribuindo para o controle disciplinar dos sujeitos. A sensação de inutilidade provocada pela não realização de atividade considerada produtiva, assim como o regozijo de trabalhar, parecem dar forma a um mecanismo de controle que articula trabalho, capitalismo e sujeição³⁰.

Desse modo, tomando por premissa a tese do poder disciplinar proposta por Foucault e analisando os discursos que permeiam a questão do trabalho, resta claro que o poder disciplinar se projeta na relação de trabalho, tanto para controlar os corpos, fomentando a produção, quanto para produzir discursos que normalizam a conduta da classe trabalhadora, mascarando a luta de classes e eliminando sua postura combativa em face da desigualdade social.

2.3 A LIGAÇÃO ENTRE O DISCURSO DE DOCILIZAÇÃO PRODUZIDO PELO PODER DISCIPLINAR E A DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE EM DECORRÊNCIA DA IDEOLOGIA

Conforme já explanado, embora o poder disciplinar tenha de ser entendido como circular, é inegável que se move em benefício da classe que vive do capital, pois serve de instrumento para a docilização e para o controle da classe trabalhadora, a fim de extrair-lhe energia para a produção material e diminuir sua força política, afastando os trabalhadores da luta de classes.

²⁹ COUTINHO, Aldacy. Efetividade do direito do trabalho: uma mirada no “homem sem gravidade”: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. V. 45, n. 75. P. 93-105. Jan./jun. 2007. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Aldacy_Coutinho.pdf>. Acesso em: 18/07/2017. p. 7.

³⁰ BATISTA, Jorge Luiz Candido de; GUIMARÃES, Jane Rodrigues. A Gestão do trabalho, do homem e da vida a partir do pensamento de Foucault: Revista Kineses. Vol. I. n° 02. Outubro 2009. p. 124 – 133. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Artigo09.Jorge.Luiz.pdf>>. Acesso em: 08/11/2016.>. p. 7.

Nesse sentido, esse discurso que reconhece o trabalho como fonte de dignificação do homem e como espaço de reconhecimento do poder integra um conjunto de crenças associadas à ordem capitalista, as quais contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela³¹, caso em que se pode falar em ideologia dominante³².

Entretanto, a utilização do termo ideologia prescinde de uma delimitação metodológica.

Neste ponto, cabe ressaltar que, embora se reconheça que há divergências entre o pensamento proposto por Karl Marx e Michel Foucault, é inegável que ambas as teorias convergem no que diz respeito a certos pontos. Ainda, há que se lembrar que o conceito de ideologia é marcado pela obra de Marx, não podendo ser estudado sem que sejam retomadas suas teses.

Desse modo, para a intersecção entre o poder disciplinar produtor de discursos e a perda da consciência de classe por meio da ideologia, utilizar-se-á o conceito de ideologia proposto por Karl Marx e, posteriormente, lapidado por Lenin.

Superada a questão metodológica, passa-se ao estudo da acepção de ideologia.

O conceito de ideologia não pode ser retratado sem considerar que sua abordagem varia conforme o momento histórico, o arranjo das forças produtivas e as dinâmicas sociais que servem de referência para sua aplicação e crítica³³.

Nesse passo, importa que seja realizada a eleição um conceito de ideologia dentro de suas possíveis concepções, a fim de abandonar a concepção negativa utilizada pelo senso comum³⁴ – que liga o termo à chamada “ideologia comunista” ou “ideologia bolivariana” - de forma pejorativa.

³¹ BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 42.

³² Para Boltanski e Chiapelolo, o termo ideologia dominante deve ser utilizado sem desconsiderar que tanto os fortes quanto os fracos se apoiam nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 42.

³³ MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. A ideologia do contrato de trabalho: Contribuição à leitura marxista da relação jurídica laboral, São Paulo. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 25.

³⁴ O “senso comum” é a forma como as pessoas comuns, ou seja, nós todos, conferimos sentido às nossas vidas e ações cotidianas. Como a enorme maioria das pessoas não é especialista no funcionamento da sociedade, mas necessita conhecer regras básicas de convívio social para levar suas vidas adiante, o “senso comum” preenche precisamente essa lacuna “pragmática”. SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 41.

É imperioso que se analise as mudanças ocorridas no conceito de ideologia dentro do contexto das várias fases do desenvolvimento intelectual de Marx, ainda que não se admita qualquer “ruptura epistemológica” dramática entre tais fases.³⁵

A primeira fase é caracterizada pelo debate filosófico fundamentado em Hegel e Feuerbach. Nesse ponto, a expressão “ideologia” ainda não aparece nos escritos de Marx, contudo, se fazem presentes os elementos materiais do futuro conceito em sua crítica da religião³⁶ e da concepção hegeliana de Estado, definidas como “inversões” que obscurecem o verdadeiro caráter das coisas.³⁷

A segunda fase é dominada pela construção do materialismo histórico. Nesse contexto, o conceito de ideologia é introduzido pela primeira vez.³⁸ Marx afirma que os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas sim as contradições sociais reais e que aquelas são consequência destas.³⁹ Nesse sentido:

“(...) Enquanto os homens, por força de seu limitado modo material de atividade, são incapazes de resolver essas contradições na prática, tendem a projetá-las nas formas ideológicas de consciência, isto é, em soluções puramente espirituais ou discursivas que ocultam efetivamente, ou disfarçam, a existência e o caráter dessas contradições. Ocultando-as, a distorção ideológica contribui para a sua reprodução e, portanto, serve aos interesses da classe dominante.”

Portanto, as distorções ideológicas não podem ser superadas sem que as contradições que lhes deram origem sejam resolvidas⁴⁰.

A terceira fase caracteriza-se pela análise concreta das relações sociais capitalistas, as quais levam-no a concluir que a conexão entre “consciência invertida” e “realidade invertida” é mediada por um nível de aparência que é

³⁵ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 270.

³⁶ Marx argumenta que a inversão, no que diz respeito à religião, é mais do que uma alienação filosófica ou simples ilusão – ela expressa as contradições e sofrimentos do mundo real. (...) Nesse sentido, a inversão religiosa compensa, no espírito, uma realidade deficiente, criando, na imaginação, uma solução coerente que está além do mundo real, para compensar as contradições desse mundo real. BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 270.

³⁷ Ibidem, p. 270.

³⁸ Ibidem, p. 271.

³⁹ Ibidem, p. 271.

⁴⁰ Ibidem, p. 271.

constitutivo da realidade.⁴¹ Assim, a ideologia concentra seu foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente⁴².

Entretanto, a ideologia burguesa da liberdade e da igualdade oculta o que ocorre sob o processo de troca, em que “essa aparente igualdade e liberdade individuais desaparecem” e “revelam-se com desigualdade e falta de liberdade”⁴³.

A ideologia em Marx, portanto, mantém sempre sua conotação crítica e negativa, mas o conceito só se aplica às distorções relacionadas com o ocultamento de uma realidade contraditória e invertida e não à falsa consciência, sem especificar o tipo de distorção criticada⁴⁴.

Após a morte de Marx outros autores passaram a ressignificar o conceito de ideologia elaborado por ele. Os novos significados tomaram a forma de uma concepção de ideologia como a totalidade das formas de consciência social – expressa pelo conceito de “superestrutura ideológica” – e de uma concepção da ideologia como as ideias políticas relacionadas aos interesses de uma classe⁴⁵.

Essas ressignificações se deram por várias razões. Contudo, a mais importante causa da evolução do conceito é positiva, e está nas lutas políticas do século XIX. O marxismo centraliza sua atenção na necessidade de criar uma teoria da prática política e, portanto, a evolução do conceito de ideologia passa a relacionar-se cada vez mais com as lutas de classe⁴⁶. Nesse sentido, de acordo com Lenin, numa situação de confronto de classes, a ideologia se liga aos interesses da classe dominante e sua crítica aos interesses da classe dominada, a partir de um ponto de vista ideológico diverso⁴⁷.

Portanto, para Lenin, a ideologia torna-se a consciência política ligada aos interesses de cada classe.⁴⁸ Neste ponto, o processo de transformação do significado de ideologia chega ao seu ponto alto, a ideologia torna-se um conceito neutro – e não mais negativo - relativo à consciência política das classes, inclusive da classe trabalhadora.

⁴¹ Ibidem, p. 271..

⁴² Ibidem, p. 271.

⁴³ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Cap. IV. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁴⁴ Ibidem. p. 272.

⁴⁵ Ibidem, p. 272.

⁴⁶ Ibidem, p. 272.

⁴⁷ Ibidem, p. 273.

⁴⁸ Ibidem, p. 273.

Para o presente estudo - adotando-se a concepção leninista do conceito de ideologia marxiano – o poder disciplinar estudado por Foucault e a ligação da ideologia aos interesses da classe dominante que levam à dessubjetivação de classe serão tidas como premissas para a análise do momento de austeridade no Direito do Trabalho, e, em especial, dos projetos de reforma da legislação trabalhista.

2.4 PODER DISCIPLINAR E IDEOLOGIA COMO INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO PELA CLASSE DETENTORA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Tomando-se por base o conceito de ideologia como consciência política ligada aos interesses de cada classe, passa-se a demonstrar como a absorção de um discurso ideológico pela classe dominada pode ser tida como um instrumento de dominação e disciplina pela classe que detém os meios de produção, conforme o conceito proposto por Foucault.

De acordo com o discurso ideológico reproduzido, o trabalhador compreende estar inserido em uma relação justa com o empregador, legitimando o assalariamento como forma de produção e organização encontrada pelos homens a fim de que os bens e serviços necessários à subsistência da coletividade enquanto tal sejam socialmente produzidos⁴⁹.

Neste sentido, de acordo com João José Sady

“Tal ideologia obscurece na visão do trabalhador a verdade encoberta: a produção capitalista de mercadorias é a maneira capitalista de acumulação à custa da expropriação do excedente social pela via do assalariamento. O conjunto dos patrões apropria-se dos frutos do trabalho social mantendo a massa de salários paga pela produção do conjunto dos bens e serviços, num menor valor do que o produto social gerado⁵⁰.”

Assim, por meio de um processo de legitimação do capital, se adota a ideia de que toda riqueza e propriedade deriva do trabalho, e é dimensionada a partir da disposição de cada um em trabalhar cada vez mais. O trabalho, então, legitima a propriedade.

⁴⁹ RAMOS FILHO, Wilson. Direito Capitalista do Trabalho. São Paulo: LTr, 2012. p. 24.

⁵⁰ Ibidem, p. 25.

Nas linhas do que ensina John Locke⁵¹ – e do que é sustentado pelo discurso liberal - o indivíduo é livre para decidir suas ações, e, logo, empregar seu corpo – que é sua propriedade – no trabalho, cujos frutos tornam-se sua propriedade.

Essa liberdade, porém, não é irrestrita, e seu limite é a propriedade mesma, pois nenhum indivíduo pode atentar contra a propriedade alheia⁵². Assim, o roubo, para Locke, é um crime passível de pena de morte, pois roubar é, em última instância, destruir a essência do indivíduo, ou seja, a propriedade⁵³, adquirida com o suor de seu labor.

Essa veneração e exaltação do trabalho são acompanhadas do modelo de sucesso e felicidade de todos os que conquistaram independência econômica e realização profissional em uma suposta igualdade de oportunidades para o consumo⁵⁴, de forma legítima, por meio de seu trabalho.

Nesse sentido, a tese da preguiça natural das classes trabalhadoras fornece uma explicação para a pobreza: os trabalhadores são pobres, sobretudo porque preguiçosos. Assim, os subsídios de desemprego (bem como as demais prestações sociais) não passam de um reforço à preguiça, pois quem não quer trabalhar não tem nenhum direito e não deve ser pago para não trabalhar⁵⁵.

Portanto, se transfere ao trabalhador a responsabilidade pela sua penúria, pois a pobreza é abordada como produto da preguiça e a propriedade é legitimada pelo trabalho e na medida deste. E, ademais, como será abordado a seguir, se transfere ao Direito do Trabalho a responsabilidade pelo entrave do desenvolvimento social, em decorrência da suposta proteção que este confere à classe trabalhadora.

Essa exaltação do trabalho como legitimador da propriedade enaltece todo e qualquer trabalho como único modo de dignificação do sujeito⁵⁶, não mais pela

⁵¹ LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo. 3.ed. São Paulo: Ed. Abril, 1983.

⁵² MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. P. 11.

⁵³ Ibidem, P. 12.

⁵⁴ COUTINHO, Aldacy. Efetividade do direito do trabalho: uma mirada no “homem sem gravidade”: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. V. 45, n. 75. P. 93-105. Jan./jun. 2007. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Aldacy_Coutinho.pdf>. Acesso em: 18/07/2017. p. 5.

⁵⁵ NUNES, António José Avelãs. O Estado Capitalista e as suas Máscaras. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 282.

⁵⁶ O sujeito é o que faz, no que trabalha e quanto ganha para consumir; em reverso, o sujeito não é, é um não-sujeito, se nada faz, se não trabalha, se não é tomado pelo capital, se não ostenta. O aniquilamento do sujeito se projeta no sonho consumir (de consumidor a consumido), para não ser tomado na pequenez e inutilidade de quem nem para ser explorado conta. COUTINHO, Aldacy.

necessidade, mas pelo prazer enquanto atividade humana. A consequência desta configuração é a de que do mundo da necessidade para o reino do prazer pelo consumo, foi aniquilado o “operário-padrão”, o ideal do cidadão-trabalhador, em prol do “operário-patrão”, do sonhado empreendedor⁵⁷.

É o ter, ostentar, resultado de qualquer que seja a atividade humana, ainda que precária e sem a observância de direitos protetivos e não o ser, empregado partícipe de uma classe/categoria/coletivo, que organiza a vida e o mundo⁵⁸.

Tal visão:

“institui uma sociedade composta somente de indivíduos, que é uma sociedade sem oposição, sem conflitos, de massa homogênea, integrada por consenso que, por sua vez, é compatível com o avanço da valoração negativa da legislação trabalhista e a perda do orgulho de ser empregado, pois o Direito do Trabalho não se vislumbra mais como uma necessária “regra do jogo” do (sobre)viver e canalização dos anseios sociais.”⁵⁹

Oculto-se, então, a conflituosidade com a perda da identificação do trabalhador como pertencente à classe trabalhadora, já que este passa a se sentir como integrante da mesma classe do capitalista, contra quem não se pode insurgir⁶⁰ e pela instalação da concorrência entre os próprios trabalhadores na disputa por uma situação mais vantajosa, refletindo na pouca representatividade das organizações sindicais.

Não importa quão divididas e antagonicamente dilaceradas sejam as sociedades de classe, elas devem ser capazes de operar, em circunstâncias normais, como conjuntos integrados, com exceção daqueles períodos de explosão, “que traçam a linha de demarcação histórica entre uma e outra formação social”⁶¹.

O trabalhador se identifica mais facilmente com o empregador - seu companheiro de luta no mercado - do que com eles, os “sindicalistas”, acarretando

Efetividade do direito do trabalho: uma mirada no “homem sem gravidade”: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. V. 45, n. 75. P. 93-105. Jan./jun. 2007. Belo Horizonte. Disponível em: < http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Aldacy_Coutinho.pdf>. Acesso em: 18/07/2017. p. 7.

⁵⁷ Ibidem, p. 9.

⁵⁸ Ibidem, p. 9.

⁵⁹ Ibidem, p. 10.

⁶⁰ Como, por exemplo, o cliente ao qual a produção se destina, ou a empresa concorrente no mercado.

⁶¹ MÉSZÁROS, ISTVÁN. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. p.328.

um processo contínuo e sem volta de dessindicalização⁶². É o denominado “consentimento do sacrifício”, tomado na aceitação de redução de direitos, de salário, de proteção, em prol da manutenção da empresa e dos postos de trabalho que se traduz na possibilidade de consumir⁶³.

Empregado e empregadores, antes com interesses antagônicos, atualmente se identificam em suposta comunhão de interesses⁶⁴ voltados ao mercado e ao cliente, para agir diante da concorrência, superando o conflito capital/trabalho. A cooptação do trabalhador mascara a conflituosidade inerente em processos de apropriação da mais-valia no processo produtivo e desestrutura a noção de classe, pela não identificação de si mesmo na diferença com o outro.⁶⁵

Assim, as classes são dominadas não apenas pelos sujeitos da classe antagônica, mas pelos imperativos estruturais objetivos do sistema de produção e da divisão do trabalho⁶⁶.

Nesta perspectiva, por serem corpos passivos desde sua constituição familiar, esses indivíduos tornam-se presa fácil da ideologia que louva um comportamento avesso a qualquer forma de conflito, mesmo que este signifique o interesse pela defesa dos próprios direitos⁶⁷ – mesmo porque, conforme já explanado, assumir uma conduta de enfrentamento é identificado como delinquência pelo imaginário social.

Portanto, o capitalismo, como sistema social, não pode ser entendido sem a consideração das ideologias que, justificando-o e conferindo-lhe sentido, contribuem

⁶² O ensinamento de Hayek parece exprimir o discurso liberal com o qual os trabalhadores tendem a se alinhar ao identificar-se mais com o empregador do que com o sindicato como seu representante de classe: “Há um momento em que todos os que desejam a preservação do sistema de mercado baseado na livre empresa têm que desejar e apoiar sem ambiguidade uma recusa frontal daquelas exigências [as exigências sindicais]”. In: NUNES, António José Avelãs. O Estado Capitalista e as suas Máscaras. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumsn Juris, 2013. p. 139.

⁶³ Ibidem, p. 11.

⁶⁴ Neste ponto, se mostra importante relembrar a constatação de Jessé Souza quanto à repulsa ao conflito que assola a classe trabalhadora – o que pode ser aplicado à repulsa ao conflito em relação ao empregador: O “imaginário brasileiro” e seu horror ao conflito é tão conservador de situações fáticas de dominação injusta quanto a ilusão da “meritocracia”, ou seja, a “ideologia espontânea” do mundo moderno que discutimos acima. A “demonização” do conflito como o “mal” em si é não só a melhor maneira de conservar privilégios espúrios, mas, também, a melhor forma de reprimir qualquer forma de aprendizado, seja na dimensão individual ou na coletiva. SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 48.

⁶⁵ Ibidem. P. 12

⁶⁶ MÉSZÁROS, ISTVÁN. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. P.333.

⁶⁷ SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 257.

para suscitar a boa vontade daqueles sobre os quais ele repousa, para obter seu engajamento⁶⁸.

Diante dessa complexa configuração ideológica que permeia o imaginário social no que diz respeito ao trabalho, não se pode afirmar ser eficaz a tese liberal de que a economia e a sociedade, se deixadas a si próprias, confiadas à *mão invisível* ou às *leis naturais do mercado*, proporcionam a todos os indivíduos, em condições de liberdade, as melhores condições de vida⁶⁹, primeiro porque a classe trabalhadora é absorvida pela ideologia do discurso neoliberal, segundo porque a suposta liberdade não é real.

Portanto, impõe-se a necessidade de confiar ao Estado funções atreladas ao plano da economia e ao plano social⁷⁰.

2.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta claro que o poder disciplinar, aliado à absorção da ideologia da classe antagônica se colocam como facilitadores da captura da subjetividade da classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, embora a defesa da intervenção do Estado - como instituição defensora dos interesses da classe dominante - nas relações de trabalho não possa ser analisada de forma isolada de críticas, o discurso neoliberal – derivado do discurso liberal tratado neste capítulo - que pretende afastar o Estado da relação de trabalho, relegando às partes a negociação não se mostra benéfico para o trabalhador, hipossuficiente na relação.

Destarte, essa suposta “liberdade” não é real quando se analisa o contexto ideológico e a trama de poder em que a classe trabalhadora encontra-se inserida. O exercício de tal “liberdade” é limitado, tanto porque exercido dentro dos moldes da ideologia internalizada e daquilo que permite o poder disciplinar, quanto porque o trabalhador, necessitando subsistir, não pode escolher entre se sujeitar ou não.

⁶⁸ BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 43.

⁶⁹ NUNES, Antônio José Avelãs. O Estado Capitalista e as suas Máscaras. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 282.

3 A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

*Perseu tinha um capacete que o tornava invisível, para perseguir os monstros. Nós, de nossa parte, nos embuçamos com nosso capuz mágico, tapando nossos olhos e nossos ouvidos, para poder negar as monstruosidades existentes*⁷¹.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após análise dos conceitos de poder disciplinar e ideologia, faz-se necessária uma breve retrospectiva acerca da construção do Direito do Trabalho no Brasil, com foco no discurso predominante naquele momento histórico, que possibilitou essa construção normativa.

Naturalmente, a ideologia dominante pretende preservar o *status quo*, em que mesmo as desigualdades mais evidentes já estão estruturalmente normalizadas. Entretanto, a ordem social que ela defende é necessariamente dilacerada por contradições e antagonismos internos, por mais bem-sucedida que seja a reprodução do quadro hierárquico de dominação e subordinação e a aparência de “interesses compartilhados”⁷².

Nesse sentido, embora se reconheça o predomínio do discurso disciplinante, é inegável que a construção da legislação do trabalho no Brasil se deve também às reivindicações da classe trabalhadora⁷³, rompendo, de certo modo, com a perspectiva dos supostos interesses compartilhados, sem desconsiderar o caráter disciplinante as suposta “outorga” de direitos à classe trabalhadora, conforme será explanado a seguir.

3.2 O DIREITO E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

⁷¹ MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1, livro 1. P. 5-6.

⁷² MÉSZÁROS, ISTVÁN. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. P. 327

⁷³ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

De acordo com Karl Marx, as relações jurídicas não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do desenvolvimento do espírito humano, mas sim, a partir das relações materiais de vida⁷⁴.

Assim, embora o trabalho, enquanto relação basilar entre o homem e a natureza, seja elemento constitutivo de qualquer conjunto organizacional de produção, é somente na ordem do capitalismo que este recebe contornos particulares que lhe impõem repercussões jurídicas⁷⁵. Portanto, somente com a hegemonia burguesa e com a consolidação do sistema de metabolismo do capital é que a força de trabalho passa a ser mercantilizada, enquanto objeto de contrato⁷⁶.

Nesta toada, Pashukanis ensina que o Direito possui uma história real, paralela, que não se desenvolve como um sistema de pensamento, mas como um sistema em que os homens realizam não uma escolha consciente, mas uma escolha sob a pressão das relações de produção⁷⁷, de modo que as categorias jurídicas não possuem outra significação fora de sua significação ideológica⁷⁸.

Assim, a “base do Direito é a economia na medida em que as classes sociais criam o seu direito a partir de sua posição no processo de produção e troca, e a ordem jurídica reflete as características das formas de produção⁷⁹”.

No mesmo sentido – ainda que com certos resguardos em relação ao pensamento de Pashukanis - Eros Grau afirma que o Direito é um produto cultural, não sendo concebido como algo atemporal, é um elemento constitutivo do modo de produção social, que se encontra no interior da estrutura social antes de ser posto pelo Estado⁸⁰.

Assim, o Direito pode, por um lado, ser visualizado com fruto das pressões e das lutas sociais, e por outro, como uma forma de controle, pois o Estado burguês só pode realizar sua função “protetora” em prol dos grupos de trabalho até o ponto

⁷⁴ MARX, Karl. Manuscritos Econômico-filosóficos. Trad. Jesus Raniei. São Paulo: Boitempo, 2004, P. 161.

⁷⁵ MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. A ideologia do contrato de trabalho: Contribuição à leitura marxista da relação jurídica laboral, São Paulo. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 63.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. A Teoria do Direito e o Marxismo. Trad. Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989. P. 35

⁷⁸ Ibidem, p. 41.

⁷⁹ NAVES, Marcio Bilharinho. Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.p. 36.

⁸⁰ GRAU, Eros Roberto. O direito posto e o direito pressuposto. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

em que o exercício dessa função corresponda aos interesses da classe dominante como um todo⁸¹.

Exemplo disso é que, paralelamente à construção do Direito do Trabalho no Brasil dirigia-se aos trabalhadores a propaganda e o apelo político de que dever-se-ia trabalhar pelo crescimento do país, enquanto, paralelamente, eram decretadas uma série de leis que, respondendo à pressão dos industriais, suspendia a vigência de diversos direitos trabalhistas recém conquistados⁸².

Daí porque, embora se defenda que a construção do Direito do Trabalho somente foi possível em decorrência das reivindicações e da capacidade de organização da classe trabalhadora, pois as concessões por parte da classe antagônica não são outorgadas sem que se perceba a possibilidade de rompimento com o sistema de produção, não se pode olvidar que tais concessões só podem ser feitas de modo que a configuração da relação de trabalho ainda seja benéfica para a classe detentora dos meios de produção.

Portanto, não seria exagero sustentar que o Direito do Trabalho emerge como um acordo pacificador entre as classes, para que não se realize a substituição do meio de produção capitalista. Contudo, em uma perspectiva de manutenção do sistema, qualquer freio à exploração pelo capital é mais vantajoso do que a absoluta desproteção da classe hipossuficiente.

No Brasil, os primeiros estudos relativos às relações entre capital e trabalho se iniciam no século XX. Este novo ramo jurídico, inicialmente denominado como “direito operário” ou “direito industrial”, efetivamente só consolidou a denominação Direito do Trabalho no final dos anos 20⁸³.

Desde suas origens, este ramo do Direito contou com resistências dos setores empresariais que não viam a necessidade da existência de um ramo do Direito específico para regulamentar a compra e venda da força de trabalho, que até então era regulada apenas pelos contratos firmados entre particulares⁸⁴.

Não se pode desconsiderar que a aplicação do poder disciplinar fora extremamente significativa quando da “outorga” dos direitos trabalhistas à classe trabalhadora, pois “cada trabalhador estava sendo convocado pessoalmente para a

⁸¹ MÉSZÁROS, ISTVÁN. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. p.354

⁸² GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 225.

⁸³ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 13.

⁸⁴ Ibidem.

manutenção da ordem, transformando-se num observador atento de seu ambiente de trabalho⁸⁵. Exemplo mais concreto da incidência do poder disciplinar foi o lema lançado por Getúlio Vargas em 1942: “Trabalho e Vigilância”, como forma de exercício da cidadania⁸⁶, colocava-se, então, a vigilância como exercício dos deveres cívicos.

Portanto, no Brasil, ao contrário do ocorrido em outros países - embora seja preciso reconhecer a relevância das reivindicações da classe trabalhadora - até mesmo a conquista dos direitos dos trabalhadores se deu de forma disciplinante, colocada pelo Estado como concessão feita em troca do compromisso da coletividade com a produção e com a manutenção da ordem, criando a subjetividade do trabalhador subordinado e disciplinado, instrumento de realização do modo de produção capitalista e afastando-os de uma postura combativa ligada à revolução social.

3.3 BREVE ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

Durante a República Velha (1889-1930), as questões relativas ao trabalho eram tratadas pelo Estado como “caso de polícia”⁸⁷, as manifestações operárias eram violentamente reprimidas pela polícia⁸⁸, portanto, a intervenção do Estado nas relações de trabalho se dava somente para coibir as revelações de descontentamento dos trabalhadores, e não para impor freios ao poder do capital.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro dependia da existência de trabalhadores que “livremente” pudessem negociar no mercado, mediante um contrato de venda de força de trabalho⁸⁹, sem quaisquer intervenções estatais que coibissem a exploração de mão de obra.

Assim, pode-se dizer que, no que se refere à questão do trabalho, o liberalismo brasileiro consagrado na Constituição de 1891 não pode ser considerado uma “ficção jurídica”, pelo contrário,

⁸⁵ Ibidem. P. 225.

⁸⁶ GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 225

⁸⁷ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. p. 8

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 22

“era um instrumento teórico e institucional perfeitamente adequado à dominação burguesa, pois garantia o domínio absoluto do patrão dentro de sua empresa, em cujos assuntos privados não podiam ser objeto de intervenção do Estado, e assegurava a intervenção policial quando esse domínio fosse perturbado pelas agitações operárias⁹⁰.”

De acordo com Wilson Ramos Filho, nas fases iniciais do capitalismo brasileiro, ao menos até iniciado o intervencionismo estatal, por volta dos anos 1930, as taxas de apropriação de mais-valia dependiam exclusivamente da capacidade de resistência da classe obreira em face do poder empresarial de subordinar⁹¹.

Nesta perspectiva liberal, o Decreto nº 1.637 de 1907 regulamentou a criação de sindicatos profissionais, disciplinando que:

“Os sindicatos profissionais constituem-se livremente, sem autorização do Governo, bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartório do registro de hipotecas do distrito respectivo três exemplares dos estatutos, da ata da instalação e da lista nominativa dos membros da diretoria, do conselho e de qualquer corpo encarregado da direção da sociedade ou da gestão dos seus bens, com a indicação da nacionalidade, da idade, da residência, da profissão e da qualidade de membro efetivo ou honorário⁹².”

Assim, de acordo com o decreto, a criação e o funcionamento dos sindicatos pertenciam ao domínio do direito privado, “o sindicato era como que uma extensão do indivíduo, em cuja vida particular o Estado não podia se intrometer – a não ser, é claro, em casos que demandavam a intervenção policial⁹³”.

Entretanto, os empregadores, na prática, depararam-se cada vez mais com o que não estava previsto na teoria liberal, a ação coletiva dos operários e a pressão dos sindicatos, buscando controlar o mercado e as condições de trabalho⁹⁴. Por outro lado, entre os trabalhadores acontecia também um fenômeno de rearranjos em sua prática, pois se lutava contra vários empregadores, de diversos ramos, e, além disso, havia reivindicações que não poderiam ser objeto de negociação direta com as empresas⁹⁵ e é neste ponto que a intervenção do Estado passa a ser solicitada.

⁹⁰ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. p. 14.

⁹¹ Ibidem, p. 16.

⁹² BRASIL. Decreto nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Diário Oficial, Brasília, FR, 11 de jan. 1907. p. 251.

⁹³ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. P. 25.

⁹⁴ Ibidem. p. 26.

⁹⁵ Ibidem. p. 27.

Portanto, quanto mais genéricas e generalizadas as reivindicações, mais elas acabam tendo como alvo o Estado⁹⁶.

Nestas circunstâncias, no âmbito do poder legislativo, começam a ecoar vozes que destoam do discurso liberal, de forma que a harmonia entre trabalho e capital – que o liberalismo considerava naturalmente inatingível – começa a ganhar corpo⁹⁷.

Por trás dessa movimentação estavam implícitas duas questões:

“De um lado, há o perigo latente que representa a miséria dos trabalhadores: afinal, foi no bojo da Primeira Guerra Mundial e em meio à grande miséria que ocorreu a vitória da Revolução Russa (1917). Daí, propõem-se preventivamente medidas de proteção ao trabalhador. De outro lado, essas medidas representam um grande risco: como a legislação trabalhista significa maior ônus ao capital, os produtos dos países que a adotarem serão mais caros que os daqueles que não o fizeram, nessa medida, cria-se uma situação de “competição desigual entre os países no comércio internacional – o que pode gerar uma nova guerra mundial. Por isso, a condição para implantação das leis trabalhistas é a sua aceitação por parte da maioria dos países”⁹⁸.

É sob essa perspectiva que surgem, no Brasil, os primeiros delineamentos da intervenção do Estado na relação de trabalho.

As primeiras conquistas referentes à regulação estatal das relações de trabalho – impondo limites ao poder do empregador – se referem à jornada de trabalho. Esse processo foi iniciado no ano de 1906 e só colheu os frutos de uma normatividade estatal de amplitude quase geral em 1932, no contexto da “revolução” de 1930⁹⁹.

Entretanto, mesmo depois de instituído o intervencionismo estatal, a acumulação de capital continuou dependendo do grau maior ou menor de democracia econômica e da política que se estabeleceu, de forma que, durante os períodos de restrição democrática, será perceptível a ampliação das taxas de acúmulo de capital, enquanto que nos períodos em que a classe trabalhadora e suas entidades obtiveram maior protagonismo, houve melhor distribuição de poder no interior da sociedade¹⁰⁰. Portanto, inegável que o aumento das reivindicações por

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem. p. 30

⁹⁸ Ibidem. p. 32.

⁹⁹ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 51

¹⁰⁰ Ibidem.

parte da classe trabalhadora leva ao aumento das concessões do capital, seja por temer o rompimento com o modo de produção, seja para manter a conformação social.

Quando se fala na construção da normativa trabalhista e da subjetividade do trabalhador brasileiro não se pode deixar de analisar o papel desenvolvido por Getúlio Vargas, tendo em vista que todas as providências tomadas desde a “revolução”, que envolvessem a questão social, eram atribuídas pela classe trabalhadora diretamente a Vargas.

Exemplo da posição central ocupada por Vargas na construção do sujeito de direito trabalhista no Brasil são os discursos publicados nos Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dos quais se extrai o seguinte trecho - a título de ilustração de tal centralidade:

No sentimento dos trabalhadores brasileiros a palavra do Presidente Vargas tem uma ressonância mais profunda que todas as outras. É a voz de um amigo. É o ensinamento de um guia. Amigo de todas as horas, desde muito tempo, desde os primórdios da candidatura, quando incluiu na plataforma de governo a resolução do problema social e de então por diante, sem descanso, nem fadiga, construiu para ele um monumento legislativo de dignificação do trabalho humano¹⁰¹.

Contudo, esse sentimento de generosidade do Estado ao “outorgar” a legislação do trabalho não contrariava a noção do dever do trabalho, nem tampouco a ideia de que cada um devia lutar por seus interesses, por seu “lugar econômico”¹⁰². O povo tinha o direito de receber, mas também tinha o dever de contribuir, de forma que não trabalhar era caracterizado como crime, era o reverso da cidadania, era recusar a aliança com o Estado¹⁰³ que outorgava os direitos sociais.

Assim, a construção da legislação social brasileira se caracterizava como uma relação de doação, de dar e receber¹⁰⁴. Recebia-se a proteção legislativa e dava-se a disciplina, a manutenção da ordem, o fomento da produção, o que evidencia o quanto os direitos trabalhistas só são outorgados até a medida em que ainda são benéficos à classe dominante, mantendo o modo de produção capitalista.

¹⁰¹ Boletins do MTIC. N. 110, outubro de 1943, p. 332-3.

¹⁰² GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 252.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem. P. 227

Os sindicatos, cuja criação fora regulamentada em 1907 para que pertencessem ao domínio privado, com a “revolução” assumem um novo papel, pois a formação de um espírito que unia o povo e o Estado precisava da colaboração das organizações sindicais, órgãos representativos do cidadão-trabalhador¹⁰⁵. Assim, os sindicatos passam a constituir um núcleo de uma proposta com escopo bem mais amplo, voltada para o que pode ser chamado de disciplinarização da população trabalhadora¹⁰⁶. Ou seja, de modo geral, o discurso predominante não era voltado ao rompimento com o modo de produção, de forma que:

“O dever e o direito de trabalhar não comportavam idealizações alternativas para se alcançar um mundo melhor. Era preciso combater tanto o subversivo, identificado com o inimigo externo, com o estrangeiro de pátria e de ideias, quanto o malandro, o inimigo interno que se definia como “avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída”. Ambos eram ameaças contagiosas ao ideal do disciplinamento do trabalhador¹⁰⁷”.

Portanto, inegável que, quando da criação do sujeito de direitos trabalhistas no Brasil, houve significativa atuação do poder disciplinar e da captura da consciência de classe, pois o trabalhador passou a se enxergar como sujeito de direito na medida em que era também colaborador em relação ao sistema capitalista e ao Estado e os sindicatos passaram a ser tidos como colaboradores, e não como entidade de representação dos trabalhadores com fins revolucionários.

De forma geral, o trabalhador brasileiro não assumiu uma postura combativa, de pretensão de rompimento com o modo de produção, mas sim uma postura disciplinada, de merecedor de direitos enquanto colaborador com o Estado e com o modo de produção. Entretanto, é inegável que a criação e a consolidação da legislação – ainda que com natureza de outorga -legitimaram os direitos trabalhistas reivindicados, criando, na classe trabalhadora, a consciência de que lhes eram devidos.

Portanto, embora seja necessária a adoção de uma visão crítica acerca do discurso predominante quando da criação da Consolidação das Leis do Trabalho, é inegável a relevância que esta assume, tanto para a realização da compilação da legislação do trabalho quanto, e, principalmente, para exercer a função de símbolo de proteção concedida pela lei à classe trabalhadora.

¹⁰⁵ Ibidem. P. 237

¹⁰⁶ Ibidem. P. 237

¹⁰⁷ Ibidem. P. 245.

Embora descrita como consolidação das leis já existentes, a CLT tem funcionado, desde 1943, como o código do trabalho nacional, contribuindo para a estabilidade legal e institucional que caracteriza os sistemas de relações de trabalho no Brasil desde então¹⁰⁸.

Entretanto, cabe ressaltar que o precedente normativo, embora estabelecido, só poderia tornar-se real no contexto de uma ação vinda de uma nova e crescente classe social de trabalhadores urbanos¹⁰⁹. Nestas condições:

“Para tentar romper os muros das fábricas, apesar da oposição dos empregadores e das proibições do governo [...] Essa vinculação entre as leis trabalhistas e as tentativas de organizar os operários dentro da fábrica assinalou o surgimento de uma nova estratégia operária tornada possível pela existência de um aparelho estatal para fazer cumprir a lei que, embora falha, era confiável [...] Centrando sua agitação na violação da lei pelo empregador, procuraram cooptar o Estado como aliado, a fim de proteger suas tentativas de organização [...] A capacidade de fundamentar na lei os direitos da classe operária, o que dava aos operários uma nova arma em suas lutas, resultou na síntese duradoura da ação direta e indireta que iria caracterizar a futura organização dentro das fábricas, quer fossem essas iniciativas vinculadas aos sindicatos legais ou independentes deles.”¹¹⁰

Portanto, é claro o impacto das leis trabalhistas na consciência da classe operária, pois se a lei dava respaldo aos seus direitos, o empregador também deveria dar¹¹¹. Nesse sentido, de acordo com John D. French, é sempre melhor ter a lei e o poder ao seu lado, se só for possível ter um dos dois, o poder é preferível à lei, quando não se pode ter o poder, não se discute que a lei é ainda melhor do que nada¹¹². Desse modo, a CLT, ao respaldar a reclamação do trabalhador, o ajudava a superar seus temores e o motivava a agir contra o empregador, com o respaldo da lei¹¹³.

Os direitos consolidados eram tidos, de forma geral, pela classe hipossuficiente, como devidos pelo empregador e não como obstáculos à prosperidade econômica, discurso posteriormente implementado pelo neoliberalismo.

¹⁰⁸ FRENCH, John D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 13

¹⁰⁹ Ibidem. p. 57.

¹¹⁰ Idem. O ABC dos operários: Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec Editora, 1995. P. 89-91.

¹¹¹ FRENCH, John D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 67.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem. P. 68.

Partindo da compreensão da desigualdade como elemento fundante da relação entre capital e trabalho, o Direito do Trabalho, historicamente, objetivou limitar o arbítrio privado patronal e “civilizar o capital”, instituindo normas de ordem pública irrenunciáveis e inafastáveis pela vontade individual das partes, visando, assim, a compensar minimamente essa desigualdade¹¹⁴.

Substituindo direitos e deveres estabelecidos em termos individuais, a lei passou a determinar salários e condições de trabalho. “Reconhecia-se o trabalhador como parte integrante de um coletivo dotado de estatuto social a ultrapassar a dimensão individual do contrato de trabalho¹¹⁵”, desse modo, o reconhecimento público de direitos contribuiu para forjar sentimentos de pertença a um grupo social¹¹⁶.

Portanto, não se pode negar que a legitimação dos direitos por meio de sua regulamentação via normas jurídicas fortaleceu a ideia de pensamento coletivo e cultivou, nos trabalhadores, o sentimento de pertencimento à sua classe.

A partir da introdução do pensamento neoliberal, esse sentimento de pertença fora enfraquecido, utilizando-se da absorção da ideologia da classe à qual não se pertence e do poder disciplinar para enfraquecer os movimentos operários e tornar os sujeitos ainda mais úteis economicamente e menos ativos politicamente.

3.4 DIREITO CAPITALISTA DO TRABALHO?

Conforme já pincelado a título de introdução ao capítulo, não se pode deixar de considerar que, a nível mundial, as concessões feitas pelo capital no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores - assim como em outros campos do direito social - foram conquistadas por meio da luta e das reivindicações da classe trabalhadora. No Brasil, essa postura combativa não fora tão fortemente adotada, embora deva-se reconhecer que houveram movimentações em prol de conquistas melhores condições de trabalho.

¹¹⁴ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. P. 10.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Ibidem.

Entretanto, não se pode olvidar que a verdade é que o estado social surgiu como uma “solução de compromisso”, num tempo em que a correlação de forças não era particularmente favorável ao capital¹¹⁷.

Nesse sentido, a Consolidação das Leis do Trabalho, ao delegar ao Estado a regulamentação das relações de trabalho, se opunha à organização autônoma de classe, entretanto, não era necessariamente antioperária¹¹⁸, pois, conforme já explanado, em uma perspectiva de manutenção do sistema e ausência de poder, a normativa se coloca como garantia legítima para os trabalhadores.

Ademais, não se pode desconsiderar que a intervenção do Estado, em resposta aos impulsos contraditórios entre as classes, varia sistematicamente “de acordo com a correlação de forças entre as classes, regiões e facções em cada nível de estrutura de poder¹¹⁹”.

No momento histórico atual, com a introdução do discurso neoliberal e em razão da dessubjetivação de classe, a consciência política da classe trabalhadora se liga aos interesses da classe dominante, de forma que os trabalhadores, espantosamente, deixam de defender o que lhes é benéfico para defender o que é mais vantajoso para o capital. Nessas circunstâncias, os direitos sociais e, em especial, o direito que rege as relações de trabalho, encontram-se à disposição do capital, que não encontra qualquer óbice em sua devastação.

Constitui-se, então, o momento perfeito para que o estado capitalista mostre a sua face e a sua verdadeira natureza de classe, garantindo os interesses e as posições de comando da pequena elite do grande capital financeiro¹²⁰, sem que sejam impostos limites pelo Estado.

De acordo o discurso neoliberal, o Estado deve ser limitado em nome do mercado e toda situação que não corresponde à concorrência pura e perfeita é considerada uma anomalia que impede a harmonia entre os agentes econômicos¹²¹. Essa posição baseia-se na diferenciação de dois processos em sentido contrário: o processo negativo do Estado que criaria seres assistidos e o processo de mercado

¹¹⁷ NUNES, António José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 290.

¹¹⁸ FRENCH, John D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 33

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ NUNES, António José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 241

¹²¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p 135

que cria empreendedores criativos¹²². O Estado, ao travar ou suprimir a livre competição, é visto como o único freio ao sujeito empreendedor, movido pelo espírito empresarial¹²³.

De acordo com a visão neoliberal adotada e naturalizada pela classe trabalhadora, os sujeitos, colocados cada vez mais em situação de mercado, devem aprender a conduzir-se racionalmente¹²⁴, e, jogando o jogo do mercado e da livre concorrência, por mérito e esforço individual, poderão, em igualdade de condições, alcançar seus objetivos.

Desse modo, a própria classe explorada pelo capital deposita nos sujeitos, de forma individual, a culpa pelo fracasso, pois o mercado, sem intervenções do Estado protecionista, supostamente, levaria à igualdade de condições a todos, aqueles que não alcançarem o sucesso não o fizeram em razão de sua preguiça, de sua falta de empreendedorismo.

Portanto, pode-se dizer que, em decorrência da ideologia que permeia o imaginário social, a correlação de forças encontra-se em um momento extremamente favorável ao capital, que, sem resistência da classe trabalhadora - adestrada pelos mecanismos disciplinares de poder e absorvida pelo discurso neoliberal - configura-se o momento ideal para excluir o Estado da regulamentação da relação de trabalho, que impõe freios ao capital.

3.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste capítulo, o que se procurou demonstrar é que o Direito do Trabalho não foi uma benesse dos “deuses” do capital, mas sim um enredo de concessões feitas a fim de manter o sistema sem perturbação da ordem social, adotando a velha máxima de que “o capitalismo dá os anéis para não perder os dedos”. Entretanto, diante da perda de identidade de classe e da apatia da classe trabalhadora, o capitalismo recupera, passo a passo, os anéis, sem perder os dedos.

O neoliberalismo pretende afastar o Estado da relação de trabalho, pautado pela ideia de que o mercado cria sujeitos empreendedores que poderão realizar seus objetivos individuais em razão de mérito próprio – desconsiderando que os

¹²² Ibidem. p. 137

¹²³ Ibidem. p. 135

¹²⁴ Ibidem. p. 140

indivíduos não possuem igualdade de condições para o alcance de tais objetivos – e pela falsa “liberdade” do trabalhador na celebração do contrato de trabalho.

No atual momento histórico, não há óbices à concretização do projeto neoliberal, tendo em vista que, conforme exposto, a própria classe trabalhadora chancela tal afastamento do Estado, o que será explorado no capítulo seguinte.

4 A DESSUBJETIVAÇÃO DE CLASSE COMO INSTRUMENTO PARA O AFASTAMENTO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA RELAÇÃO DE TRABALHO

*“A corrente impetuosa é chamada de violenta.
Mas o leito do rio que a contém
Ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as bétulas
É tida como violenta;
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?”¹²⁵*

“Chamar livre, economicamente falando, o produtor que tem de se sujeitar, para não morrer de fome, a vender o seu trabalho por um salário insuficiente, ou a ficar desocupado, é flagrante abominação. Louvar as condições de trabalho, sob a ação da ampla liberdade, quando se sabe a dominação efetiva em que vivem os trabalhadores, é escarnecer do infortúnio, é chasquear da penúria alheia”¹²⁶.

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir da década de 1990 o discurso neoliberal se implantou no Brasil, redefinindo as frações de classes da sociedade brasileira¹²⁷ e mudando o perfil e a composição da classe trabalhadora¹²⁸, aumentando-se sua fragilidade e heterogeneidade e, portanto, diminuindo a identidade entre os seus diversos segmentos¹²⁹.

O discurso neoliberal impactou, portanto, ideologicamente na subjetividade das classes sociais, “obtendo um apoio difuso – ou pelo menos uma não oposição ativa – para as reformas neoliberais que, juntamente com o conjunto do modelo neoliberal, não são vistas como regressivas socialmente pelo conjunto da população¹³⁰”. Importa ressaltar, nesse ponto, que o projeto neoliberal tem como

¹²⁵ Bertold Brecht.

¹²⁶ MORAES apud RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

¹²⁷ FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 15/07/2017. P. 183.

¹²⁸ Ibidem, p. 200.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Boito, Armando 2004 “Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro” em Congrès Marx International IV (Francia).

importante aliado a classe média alta, a qual rejeita qualquer configuração semelhante a um Estado de Bem-Estar Social, do qual não se beneficiariam, pois ajudariam a financiá-lo com impostos, mas não fariam uso de seus serviços¹³¹.

Entretanto, para além da adesão da classe média alta, pode-se afirmar que o projeto neoliberal, embora não contemple efetivamente os interesses das classes trabalhadoras, tem se afirmado de forma ampla na sociedade, evidenciando, assim, um novo domínio ideológico da burguesia no Brasil¹³².

Nesse cenário, a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização do trabalho e o enfraquecimento do poder político e de negociação das representações das classes trabalhadoras se caracterizam como um dos pilares fundamentais do projeto político neoliberal, redefinindo, a favor do capital, a correlação de forças políticas¹³³.

Importa ressaltar que entende-se que a dessubjetivação de classe - por meio da qual a classe trabalhadora docilizada, configura sua consciência política ligada aos interesses da classe antagônica - coloca-se como um permissivo para a predominância desse discurso neoliberal.

No presente capítulo pretende-se demonstrar em que medida a ascendência desse discurso neoliberal na subjetividade da classe trabalhadora é um dos permissivos da desconstrução do Direito do Trabalho nos moldes do emprego, utilizando-se do argumento de que a legislação trabalhista “engessaria” as relações de trabalho e se caracterizaria como óbice ao desenvolvimento econômico.

4.2 O DISCURSO DA SUPOSTA “LIBERDADE” DO TRABALHADOR

De acordo com o discurso liberal¹³⁴, cada indivíduo atuaria com vistas à realização de seus próprios interesses, “cada indivíduo é guiado por uma *mão*

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 15/01/2015. P. 189.

¹³⁴ Para melhor entendimento das questões abordadas nesse trabalho, e, em especial, neste capítulo, se faz necessária uma breve diferenciação entre o discurso liberal e neoliberal. De acordo com a doutrina liberal clássica as funções do Estado seriam três: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública. O

invisível, a atingir um objetivo que ele não tinha de modo algum visado¹³⁵, e, buscando o seu interesse particular, cada indivíduo serviria o interesse social de forma mais eficaz do que se tivesse realmente o objetivo de servi-lo. De acordo com esse argumento, se justifica a ideia de que o Direito – ou seja, o Estado - deve parar à porta das fábricas¹³⁶.

Assim, “esse trabalho social realizado para instaurar o progresso material individual como um – se não o – critério do bem-estar social permitiu que o capitalismo conquistasse uma legitimidade sem precedentes, pois assim se tornavam legítimos seus propósitos¹³⁷”.

Nesse sentido, o ideário liberal recusa a redução das desigualdades e tem como um atentado contra a liberdade individual as políticas que buscam realizar a justiça social distributiva¹³⁸.

O neoliberalismo, igualmente, pretende excluir da esfera da responsabilidade do Estado as questões atinentes à justiça social, negando, também, toda a legitimidade das políticas de redistribuição dos rendimentos¹³⁹. Adotando esse discurso de liberdade individual e recusando a responsabilidade do Estado no que diz respeito à justiça social distributiva, o neoliberalismo repudia a intervenção do Estado nas relações de trabalho, a fim de frear a exploração pelo capital.

mercado é afirmado como o melhor caminho para gerar Eficiência, Justiça e Riqueza. Eficiência, porque propicia o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico. Justiça, porque estimula a dedicação ao trabalho e a recompensa. E Riqueza, pois pelo aumento geral de volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral. O discurso neoliberal persiste apresentando o mercado como juiz supremo da eficiência, pretende o fim do Estado-providência, tido como destruidor da liberdade dos cidadãos e da competição criadora, bases da prosperidade humana. O outro inimigo é localizado nos sindicatos e centrais sindicais, também paulatinamente integrados no conjunto institucional anteriormente mencionado, já que, além de sabotar as bases da acumulação privada, através de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, através da imposição de despesas sociais e investimentos sem perspectiva de retorno. MORAES, Reginaldo C. Correa de. Liberalismo e Neoliberalismo – uma introdução comparativa. Palestra proferida na Semana de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André. Setembro de 1997. Disponível em https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2011/06/lib_neolib_compara.pdf. Acesso em: 25/07/2017.

¹³⁵ SMITH, Adam: Riqueza das Nações (2 vols.), trad. port., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983

¹³⁶ NUNES, António José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 17.

¹³⁷ BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. 45.

¹³⁸ NUNES, António José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. P. 141

¹³⁹ NUNES, António José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. P. 141

Nessa toada, a Consolidação das Leis do Trabalho é criticada por “engessar” as relações de trabalho, sendo necessária a desregulamentação contra a suposta “rigidez” da legislação trabalhista.

Argumenta-se, ainda, que, diante da nova realidade econômica - ou seja, do mercado - o trabalhador deveria ser capaz de negociar, de pactuar com o empregador em igualdade de condições, via negociação coletiva, sem a tutela do Estado¹⁴⁰, pois, de acordo com o discurso neoliberal, se um industrial contrata um trabalhador, isso deveria ser um assunto privado entre os contratantes, o contrato expressaria o consenso entre ambos: o primeiro concordou em pagar um salário por um determinado trabalho, enquanto que o segundo concordou em trabalhar sob determinadas condições.

Portanto, o contrato seria a expressão de igualdade entre as partes, pois ambas são proprietárias - um dos meios de produção e outro da força de trabalho – e da liberdade das partes – cada uma é livre para assinar ou não contrato¹⁴¹ por isso, é um assunto que só concerne aos contratantes enquanto indivíduos, um assunto no qual o Estado jamais deveria intervir, competindo a ele somente zelar pelo cumprimento do acordo de vontades¹⁴².

Nesse sentido, há:

“(...) uma imagen bastante precisa de um universo imaginario de competencia perfecta o de igualdad perfecta de oportunidades: um mundo sin inercia, sin acumulacion, sin transmission hereditaria de posesiones y caracteres adquiridos, em el qual cada momento es perfectamente independiente del anterior, cada soldado guarda um bastón de mariscal em sumacuto y cualquiera puede alcanzarsu objetivo inmediatamente, de suerte que en todo momento cualquier persona puede convertirse em lo que se prolonga¹⁴³.”

De acordo com essa concepção, o Estado interventor na relação de trabalho é tido como inimigo do desenvolvimento econômico. O discurso neoliberal aproveita-se, ainda, de dados descontextualizados que apontam o crescimento econômico em

¹⁴⁰ SILVA, Wanise Cabral. As Fases e Faces do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2007. p. 20-21.

¹⁴¹ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. P. 13.

¹⁴² MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. P. 13.

¹⁴³ (...) uma imagem muito precisa de um universo imaginário de competência perfeita ou perfeita igualdade de oportunidades: um mundo sem inércia, sem acumulação, sem transmissão hereditária de bens e personagens adquiridos, em que cada momento é perfeitamente independente do anterior, cada soldado guarda um bastão de marechal em sua bolsa e qualquer um pode alcançar seu objetivo imediatamente, de modo que, a qualquer momento, qualquer pessoa possa se tornar o que se deseja. Bourdieu, Pierre. Poder, derecho y clases sociales. Bilbao: Desclée de Brouwer S. A., 2000. P. 132.

outros países a fim de legitimar a posição de que quanto menor a intervenção estatal na relação de trabalho, e mais desmedida a exploração pelo capital, mais promissor será o desenvolvimento econômico, e, conseqüentemente, social.

O contraditório é que o mesmo discurso neoliberal que prega o afastamento do Estado da relação de trabalho incita a intervenção estatal para fins de proteção da indústria, tida como eixo fundamental para o bem-estar da classe operária, dependente do desenvolvimento industrial¹⁴⁴.

Nesse sentido, a indústria – tida como imprescindível para a sobrevivência dos trabalhadores – não pode ser abandonada ao jogo da livre concorrência, mas deve ser defendida por um organismo exterior, qual seja, espantosamente, o Estado¹⁴⁵.

Entretanto, o Estado protetor da indústria jamais pode assistir, indiferente, ao livre jogo de correlação das forças políticas, ou, sob pressão dessas, acabar criando leis – como as trabalhistas – as quais, supostamente, além de frearem o desenvolvimento industrial, abrem brechas para a agitação da ordem ou até mesmo para a revolução¹⁴⁶. O Estado racional é aquele dirigido por técnicos especializados e neutros, que defendam o interesse geral da nação – ou seja, a industrialização¹⁴⁷.

Portanto, denota-se que a “liberdade” de contratação das partes - em face da qual o Estado não deve interferir - não passa de retórica para mascarar o antagonismo de classes e naturalização da desigualdade social, pois não há liberdade para a classe trabalhadora desprovida de qualquer consciência de classe e de qualquer poder econômico e, ainda, porque o mesmo discurso que pretende afastar o Estado da regulação do trabalho também objetiva ser protegido por ele, quando lhe convém.

4.3 O “ACORDO ENTRE AS PARTES” COMO INSTRUMENTO DE OCULTAÇÃO DA REALIDADE CONFLITIVA, INJUSTA E DESIGUAL DA RELAÇÃO DE TRABALHO

¹⁴⁴ Segue-se a lógica de que não é o trabalhador que produz o seu próprio salário - sugado em parte pela extração da mais-valia - mas sim o empregador que lhe concede a benesse de trabalhar para auferir remuneração. Essa perspectiva pode ser ilustrada pela utilização do verbo “ganhar” a fim de se referir à remuneração percebida pelo empregado, quando, em verdade, o trabalhador não ganha, mas perde parte do que produz e não lhe é pago pelo empregador.

¹⁴⁵ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. P. 63

¹⁴⁶ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. p. 64

¹⁴⁷ MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1985. p. 64

Nessa configuração cuja legitimidade é baseada na suposta liberdade e igualdade de seus membros, o poder não se manifesta abertamente como no passado, pois:

No passado, o pertencimento à família certa e à classe social certa dava a garantia, aceita como tal pelos dominados, de que os privilégios eram “justos” porque espelhavam a “superioridade natural” dos bem-nascidos. No mundo moderno, os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e de classe, (...) mas sua aceitação depende de que os mesmos “apareçam”, agora, não como atributo de sangue, de herança, de algo fortuito, portanto, mas como produto “natural” do “talento” especial, como “mérito” do indivíduo privilegiado¹⁴⁸.

No mundo moderno, então, existiria, supostamente, uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de conciliar as demandas de igualdade e liberdade, e “os privilégios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado com a dominância do *status* de sangue, mas “desigualdades justas” porque decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo”¹⁴⁹.

Nesse sentido, pode-se dizer que um dos aspectos mais relevantes da ideologia que permeia o imaginário social é a ideia de “meritocracia”, ou seja, a ilusão, ainda que bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios são “justos”¹⁵⁰.

Assim, desde o século 19, mas, sobretudo, no século 20, com a introdução do liberalismo, e, posteriormente, do neoliberalismo, passa a existir uma polarização entre defensores do Estado, como instância propulsora do desenvolvimento social de uma sociedade, e dos defensores da livre ação do mercado para concretizar os mesmos fins¹⁵¹. O mercado passa a ocupar o papel da “virtude”, dos que “produzem”, “criam empregos”, “promovem o desenvolvimento do país”, enquanto que o Estado incorpora a “maldade”, a corrupção, a qual é sempre “alheia”, os privilégios e os favores¹⁵².

Atribui-se, então, a “culpa” pela corrupção, pela inércia e pela injustiça política geral a um “ente” bem definido, externo e que não se confunde com a

¹⁴⁸ SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 42

¹⁴⁹ Ibidem. p. 43.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem. p. 69.

¹⁵² Ibidem. p. 70.

sociedade, sobre o qual esta não tem qualquer responsabilidade¹⁵³. Esta concepção não esclarece os verdadeiros pressupostos que poderiam explicar a injusta repartição do poder social. Nesse caso, seria necessário considerar “a luta entre classes, frações de classes, grupos de interesse, acesso diferenciado à esfera pública, capacidade de articulação e aglutinação de interesses em ideias legitimadoras¹⁵⁴”, o que é simplificado pela ideia de que há “uma “elite” má e corrupta que se apropria para seus próprios fins do Estado¹⁵⁵”.

Assim, se supõe que toda a contradição e todo o conflito social se encerram na própria definição de Estado e de mercado, de tal modo que um deles seja o “bem em si” e o outro, “o mal a ser combatido”. Assim, os “termos do conflito”, classes e grupos em luta por recursos escassos, sequer são tematizados ou, melhor ainda, para uma ideologia elitista, sequer são “percebidos” como conflito¹⁵⁶.

Dessa maneira, o discurso liberal, e, posteriormente, neoliberal, afasta o caráter conflitivo da luta de classes do imaginário social, depositando todos os problemas no Estado, para se chegar à conclusão de que, diminuindo-se o Estado, diminuir-se-ão tais problemas.

Não havendo conflito entre as classes, tem-se que mediante consentimento manifestado de forma livre, o trabalhador se submete ao empregador sem coerção, utilizando sua razão autônoma para isso¹⁵⁷.

Assim, o sistema liberal faz com que as situações de subordinação apareçam como relações de colaboração entre seres livres e iguais, necessitando que um ato de submissão se apresente “sob a máscara de um contrato”¹⁵⁸, qual seja, o contrato de trabalho.

Portanto, na construção capitalista liberal, e, ainda, na construção neoliberal, o contrato de trabalho era, e continua sendo, compreendido como uma relação sinalagmática compreendendo duas obrigações equivalentes – ao trabalhador trabalhar e ao empregador pagar salários¹⁵⁹. Essa construção, introjetada no

¹⁵³ Ibidem. p. 61.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 62.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 63.

¹⁵⁶ Ibidem. p. 86.

¹⁵⁷ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 24

¹⁵⁸ BAYLOS, Antonio. Direito do trabalho: modelo para armar. Tradução de Flávio Benites e Cristina Schultz. São Paulo: LTr, 1999. p. 62

¹⁵⁹ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 25.

imaginário social, acarreta em consequências devastadoras no que diz respeito aos direitos sociais.

Com base na noção de que, por ajuste de vontades livremente manifestadas por sujeitos iguais, que se encontram no mercado para intercambiar coisas de igual valor, se omite – ideologicamente – a apropriação da mais-valia presente nas relações de trabalho¹⁶⁰. Essa doutrina liberal desconsidera que o trabalhador só exerce essa “liberdade” de trabalhar porque precisa sobreviver.

Tidos como inimigos pelo liberalismo - assim como pelo neoliberalismo - além do Estado, encontram-se aqueles que desejam transformar a sociedade sustentando que o Estado é um agente de transformações sociais através de políticas públicas que promovam uma sociedade mais justa e mais igualitária, os quais, em uma perspectiva reformista, cometem o ‘crime’ de querer usar o estado capitalista para conseguir uma sociedade mais igualitária, que garanta a ‘paz social’ e a estabilidade¹⁶¹.

Ora, se o trabalhador é, supostamente, “livre” para negociar com o patrão, não há necessidade de se delegar ao Estado o papel de regulamentação da relação de trabalho, e, nem tampouco aos sindicatos, tidos como perturbadores da ordem – que deve prevalecer para o bem de todos - e da prosperidade econômica.

Com a introdução no imaginário social da neogestão trazida pelo neoliberalismo, dá-se início a uma nova fase, mais individualizada e mais competitiva¹⁶². A valorização do empreendedorismo e a ideia de que essa faculdade só pode se formar no âmbito do livre mercado são aspectos importantes da redefinição do sujeito referencial da racionalidade neoliberal.

O sujeito capitalista deve ser ativo, criativo, construtor, de modo que não se deve interferir em suas escolhas, ou se correria o risco de destruir esse espírito comercial tão essencial para o dinamismo da economia capitalista¹⁶³.

E é apenas jogando o jogo do mercado que os indivíduos se educam a se governar como empreendedores, e se o mercado é visto como livre espaço para os

¹⁶⁰ Ibidem. p.27.

¹⁶¹ NUNES, António José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 146.

¹⁶² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 330

¹⁶³ Ibidem. p. 146

empreendedores, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial¹⁶⁴.

Cada participante tenta superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer. A novidade, portanto, consiste em produzir sujeitos que reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá que se adaptem subjetivamente às condições mais duras que eles mesmo produziram¹⁶⁵, favorecendo o fomento da produção.

Assume-se que “a distribuição dos recursos econômicos e das posições sociais é vista exclusivamente como consequência de percursos, bem-sucedido ou não, de realização pessoal¹⁶⁶”, desconsiderando-se que essa capacidade deve ser desenvolvida e que, diante das desigualdades existentes, não são todos que são preparados para lutar no ringue do mercado sem qualquer proteção estatal. Daí porque se pode dizer que a ausência de regulamentação será ainda mais penosa para aqueles que são destituídos de qualificação.

Essa valorização do empreendedorismo caracteriza o momento neoliberal pelo discurso do homem em torno da figura da empresa¹⁶⁷. O sujeito deve ser ativo, participar inteiramente, engajar-se plenamente e entregar-se por completo à sua atividade profissional, o desejo da realização pessoal é o que anima o “colaborador” da empresa¹⁶⁸.

Porque o efeito provocado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega¹⁶⁹.

Daí porque o discurso neoliberal se coloca como contribuinte para a absorção da ideologia da classe dominante, pois a classe dominada deixa de se sentir como tal para se sentir empreendedora, se identificando com o empregador, adotando para si o discurso neoliberal e se afastando de suas entidades de representação.

¹⁶⁴ KIRZNER, Israel. *Concurrence et esprit d'entreprise*. Economica: 2005.

¹⁶⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 329

¹⁶⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 346

¹⁶⁷ Ibidem. P. 326

¹⁶⁸ Ibidem. P. 327

¹⁶⁹ Ibidem. P. 327

Falando-se em afastamento das entidades de representação, cabe salientar o que aponta Dejours ao tratar da vergonha e inibição da ação coletiva. Para o estudioso da psicodinâmica do trabalho a primeira fase do processo de desconstrução da tolerância ao sofrimento¹⁷⁰ é a recusa sindical – ou seja, a recusa das entidades de representação - seguida pela fase da vergonha de tornar público o sofrimento gerado pelos novos métodos de gestão de pessoal¹⁷¹.

Ademais, numa situação de desemprego e injustiça ligada à exclusão, a ação coletiva esbarra na vergonha de protestar quando outros são ainda mais desfavorecidos, assumindo-se que as relações de dominação e injustiça social somente afetariam os desempregados¹⁷². Assim, a adoção o discurso neoliberal contribui, em grande medida, para o afastamento da classe trabalhadora de suas entidades de representação, cuja credibilidade já se encontrava questionável.

O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento do sistema¹⁷³, portanto, essa cultura da empresa e o espírito do empreendimento podem e devem ser aprendidos desde a escola, assim como as vantagens do capitalismo sobre qualquer outro modo de produção, convencendo os sujeitos de que não haveria outras alternativas de organização social.

A Reforma Trabalhista de 2017 é uma marca dessa tendência de perda de consciência de classe e de crença no capitalismo e em seus métodos:

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra (...) são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores em relação aos empregadores. (...) Nesse sentido, a “naturalização” do risco do discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda¹⁷⁴.

¹⁷⁰ Tolerância ao sofrimento que se liga, aqui, à referida exigência de que os sujeitos se adaptem às condições mais duras que eles mesmo produziram através da competição, tolerando o sofrimento sem demonstrações de fragilidade.

¹⁷¹ DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.. P. 45.

¹⁷² Ibidem. P. 44.

¹⁷³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 151

¹⁷⁴ Ibidem. P. 329

Desse modo, transferindo os riscos para os assalariados e produzindo a ampliação da sensação de risco, as empresas puderam exigir destes disponibilidade e empenho muito maiores¹⁷⁵.

O sujeito conforma-se à ideia de que deve cuidar para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho e aceitar a grande flexibilidade imposta pelo mercado¹⁷⁶, pois se identifica com esse discurso e, ainda, se identificando com a classe antagônica, assume que contra ela não deve se insubordinar.

Assim, assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as crises sociais sejam vistas como crises individuais e todas as desigualdades sejam atribuídas à responsabilidade individual, ao fracasso pessoal¹⁷⁷ e não às condições estruturais desiguais. Portanto, sujeita ao poder disciplinar, a classe trabalhadora adota o discurso neoliberal, identificando-se com os interesses da classe dominante e concretizando a perda absoluta de sua consciência de classe.

4.4 ARGUMENTOS PARA O AFASTAMENTO DO ESTADO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SUA DESCONSTRUÇÃO

Conforme explanado, com a perda da consciência de classe e a conformação pelo poder disciplinar, os indivíduos, pressionados pelo desemprego e descrentes em um Estado regulador, “apresentam-se destituídos da capacidade de organização coletiva, configurando-se ambiente propício para a invasão de uma onda conservadora no imaginário popular¹⁷⁸”.

O discurso que toma como inimigo o Estado social invoca, primeiramente, os malefícios dos custos da regulação como um encargo extra, sem qualquer benefício social, e como prejuízo dos consumidores e da capitalização do seu montante para novos investimentos por parte das empresas reguladas¹⁷⁹. Ademais, critica que a excessiva ingerência no mercado e nas empresas impede seu funcionamento, acusação que traz consigo o pressuposto de que a eficiência do mercado é o único

¹⁷⁵ Ibidem. P. 329

¹⁷⁶ Ibidem. P. 330.

¹⁷⁷ Ibidem. P. 348.

¹⁷⁸ SADER, Emir, GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. P. 24-28.

¹⁷⁹ NUNES, Antônio José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 187.

caminho para promover o bem-estar das populações, pressuposto base da tese de que as necessidades atuais exigem o fim do estado regulador¹⁸⁰.

Esse discurso neoliberal deixa de considerar que essa aparência de liberdade envolvendo a relação de trabalho sem limitações “supra partes”, derroca quando se descobre que o vendedor de mão de obra não é um “agente livre”, e que o tempo pelo qual ele vende sua força de trabalho não é determinado por ele, mas sim, corresponde ao tempo que ele é forçado a vender¹⁸¹, desconsiderando o fato de que um dos contratantes exerce poder sobre o outro.

Portanto, ao defender que a única igualdade à qual os homens têm direito é “o seu igual direito à liberdade”, o liberalismo não pode garantir a todos os homens a liberdade e dignidade a que cada um tem direito¹⁸².

Assim, nesta organização liberal do mercado de trabalho não existe liberdade para trabalhar, primeiro porque diante de sua hipossuficiência o trabalhador só é livre para trabalhar dentro das condições impostas pelo empregador, segundo, porque nem todos os que desejam trabalhar conseguem um posto de trabalho, em função do exército de reserva de desempregados e, terceiro, porque o trabalhador, desprovido de poder monetário, necessita auferir renda para sobreviver.

Diante dessa configuração, para impedir que as massas sofressem os efeitos da escravização pelo capital, foram conferidos aos trabalhadores direitos, prerrogativas e vantagens, as quais figuram, no quadro do civilismo, como restrições à liberdade de estipulação do conteúdo da relação de trabalho¹⁸³.

Daí porque a proposta de afastamento do Estado das relações de trabalho é uma proposta que regressa ao passado, que não contém a promessa de nenhum ‘paraíso’, mas sim a ameaça que nos faz regressar ao ‘inferno perdido’ do apogeu do *laissez-faire*¹⁸⁴.

Diante da predominância desse discurso, a luta ideológica e as lutas sociais desenvolvidas pelos movimentos que defendem os interesses dos trabalhadores têm

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 23.

¹⁸² NUNES, Antônio José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 142.

¹⁸³ GOMES. 1944:57. In: RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 24.

¹⁸⁴ NUNES, Antônio José Avelãs. O estado capitalista e suas máscaras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 142. P. 142.

de assumir novas formas, atacando as liberdades do capital a fim de valorizar a liberdade das pessoas, apostando no controle do poder econômico-financeiro pelo poder político democrático¹⁸⁵.

É exatamente em meio a esse processo de mercantilização de todos os domínios da vida e de concentração de poder econômico e político, “em que as armadilhas da ideia da (des) necessidade do Estado parecem transbordar de uma subjetividade antiestatal”¹⁸⁶, internalizando-se no senso-comum tradicional o desprezo pelo domínio público, que o Direito, ao lado das demais ciências sociais, assume papel relevante¹⁸⁷, pois, “diante da força desigualadora de um capitalismo que não quer obstáculos, o Direito regula os relacionamentos sociais com estatutos dotados de universalidade”¹⁸⁸.

Esses regramentos e instituições visam, além de permitir certa distribuição de renda, proteger os próprios homens de seus impulsos hostis e aniquiladores na luta de todos contra todos¹⁸⁹.

No que diz respeito especificamente às relações de trabalho, aponta-se para uma limitação da intervenção estatal e para um incentivo para atuação mediante incremento da participação direta dos atores via negociação coletiva¹⁹⁰ e, com a implementação da Reforma Trabalhista de 2017, da negociação individual, na qual o trabalhador assume uma posição ainda mais fragilizada.

Outro argumento para o afastamento do Estado da relação de trabalho é o de que o excesso de leis sobrecarrega financeiramente o empregador e lhe insere em um quadro de insegurança jurídica, o que inibe a contratação de trabalhadores e estimula a informalidade.

Neste ponto, conforme indicam os dados do Conselho Nacional de Justiça relativos às ações trabalhistas¹⁹¹, o que existe não é o excesso de lei, mas sim leis

¹⁸⁵ Ibidem. P. 292.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, F. “Vanguarda di atraso e atraso da vanguarda”. Praga Estudos Marxistas, n. 4, p. 31-42. Dez. 1997. In: BIAVASCHI, Magda Barros. Direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

¹⁸⁷ BIAVASCHI, Magda Barros. Direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007. p. 33.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

¹⁹⁰ COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 11.

¹⁹¹ De acordo com os dados do relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça-CNJ no ano de 2016, 49,43% das demandas trabalhistas, computada toda a Justiça do Trabalho,

que não são cumpridas. Portanto, a informalidade não é decorrente de um suposto excesso de leis, pois o arcabouço legal hoje vigente não impediu a redução da informalidade no passado recente. O não cumprimento, a falta de fiscalização, é que são responsáveis pela informalidade¹⁹².

Mais um argumento frequentemente empregado para justificar a supressão do Estado é o de que a legislação trabalhista promoveria injustiças, ou seja, a intervenção do Estado criaria duas “classes” de trabalhadores: os protegidos pela legislação trabalhista e os relegados à informalidade. Esses estariam à margem dos direitos graças à rigidez da lei¹⁹³.

Assim, o argumento da Justiça Social se reveste de uma aparência progressista, que oculta o caráter regressivo das medidas propostas sob um discurso socialmente inclusivo: diante de um cenário de desemprego crescente e tendo em vista a informalidade historicamente elevada do mercado de trabalho brasileiro, reduzir e diferenciar os direitos existentes seria uma forma de se promover a inclusão. (...) O objetivo desse discurso é duplo: sensibilizar a população para que aceite o rebaixamento e a distinção de direitos e contrapor segmentos "incluídos" aos "excluídos", já que a ausência de direitos da maioria é explicada pelo "excesso" de direitos de uma minoria "privilegiada", que não teria compromissos com os mais pobres¹⁹⁴.

Esse discurso, em primeiro lugar, traz implícita a tese de que a culpa pela desigualdade social, pelo desemprego e pela informalidade é dos trabalhadores protegidos pela legislação. Em segundo lugar, ele contribui para jogar os trabalhadores uns contra os outros, minando ainda mais sua solidariedade e enfraquecendo a resistência ao desmonte e ao rebaixamento de direitos.

Assim, “abre-se o caminho para a difusão da lógica do “menos pior”: é “menos pior” abrir mão de direitos, de reajustes salariais, do que perder o emprego.

decorrem do não pagamento das verbas rescisórias pelos empregadores quando das despedidas, seguidas dos pedidos de pagamento de horas extras prestadas e do reconhecimento do vínculo de emprego em relações burladas. Portanto, o excesso de demandas trabalhistas no Brasil é, na realidade, consequência do descumprimento, pelos empregadores, de direitos essenciais dos trabalhadores brasileiros, refutando-se o argumento de que o descumprimento se daria e decorreria do excesso de leis ou de sua complexidade. Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 16.

¹⁹² Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 10.

¹⁹³ Ibidem. p. 22.

¹⁹⁴ Ibidem.

É até “menos pior” aceitar aumento da jornada e redução salarial do que ficar desempregado”¹⁹⁵.

Neste quadro sacrificial, é retomado o tema da equidade, invocando-se uma “ética social” com “justa repartição dos sacrifícios”, deixando de lado a constatação de que a distribuição desigual dos sacrifícios em uma sociedade muito desigual seja vantajosa não para o maior número de indivíduos, mas para os mais favorecidos¹⁹⁶.

Assim, se a preocupação fosse, de fato, fazer justiça social, necessário seria, antes de atingir o patrimônio jurídico da classe trabalhadora, tirar de quem detém os meios de produção¹⁹⁷.

Quando se fala da introjeção desse discurso de afastamento do Estado das relações de trabalho, não se pode desconsiderar o papel exercido pela mídia, instrumento de dessubjetivação de classe utilizado pela classe dominante.

Os aparelhos ideológicos da classe dominante, à frente de todos e o mais eficiente de todos, os grandes meios de comunicação, detém o propósito de desqualificar a política e de desconstituir o Estado, para promover o neoliberalismo e o mercado.

O medo do desemprego apresentado pela mídia se torna instrumento para a realização dos interesses dos que procuram a intensificação do controle social e da legitimação da distribuição desigual de riqueza e de poder, assim:

“O medo enquanto contexto gera um clima social e cultural que exprime uma tendência e organiza atitudes e expectativas que estão na base de uma legitimação induzida através de previsões de cenários catastróficos, como sejam os associados aos riscos sociais e financeiros, aos quais se contrapõem as medidas de austeridade e do estado de exceção (...)”¹⁹⁸.

Nesse contexto, a mídia hegemônica brasileira, que se apresenta como a mais concentrada no mundo, repete essa lógica, ou seja, explicita cotidianamente

¹⁹⁵ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. P. 23.

¹⁹⁶ FERREIRA, Antonio Casimiro. Sociedade de austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida Econômica, 2012. p.46

¹⁹⁷ MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/111375/2017_rev_trt09_v006_n061.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2017. p. 161.

¹⁹⁸ FERREIRA, Antonio Casimiro. Sociedade de austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida econômica, 2012. p. 56

somente uma versão dos fatos da realidade brasileira em suas várias facetas: política, econômica, cultural, no sentido que lhe for favorável.

Assim, a correlação das forças sociais criou, após a introdução do discurso neoliberal, condições para uma nova interdependência entre o Direito e a sociedade capaz de subverter os princípios estruturais do Direito do Trabalho¹⁹⁹. O “campo jurídico” vem consagrando a visão legítima do princípio do mercado, ao invés de estabelecer relações com o campo social. A ação do Direito que resulta disso é a legitimidade do mercado sobre todos os componentes da sociedade²⁰⁰.

Utilizando-se do discurso do afastamento do Estado das relações de trabalho como benéfico à classe trabalhadora, a avalanche neoliberal vem sendo ativa em seu desejo de quebrar a “rigidez” da legislação trabalhista, aprofundando-se e produzindo-se mais desigualdades ante a ausência de mecanismos que garantam o emprego, evitem a rotatividade de mão-de-obra e assegurem maior base salarial e melhor distribuição de renda²⁰¹.

4.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste capítulo, pretendeu-se demonstrar, de forma mais concreta, os termos do discurso preponderante na atualidade que corrobora para a dessubjetivação de classe, permitindo a derrocada dos direitos sociais com a anuência da própria classe trabalhadora, civilizada pelo poder disciplinar e desprovida de consciência de classe, conforme abordado nos capítulos anteriores.

Ademais, se objetivou estudar, de forma geral, as pretensões de afastamento do Estado das relações de trabalho por parte do discurso neoliberal.

No capítulo seguinte será abordado, de forma mais específica e concreta, o afastamento do Estado das relações de trabalho promovido pelo conteúdo da Reforma Trabalhista aprovada em 2017, que rompe com os princípios basilares e com a essência do Direito do Trabalho até então vigente.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 88

²⁰⁰ Ibidem

²⁰¹ BIAVASCHI, Magda Barros. Direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007. p. 33

5 A REFORMA TRABALHISTA DE 2017

“Sempre que a legislação procura regular os diferendos entre os mestres e os seus operários, é dos mestres que toma conselho”²⁰².

5.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

De acordo com o explanado nos capítulos anteriores, pode-se apontar que a origem do Direito do Trabalho está no desequilíbrio de forças entre as partes envolvidas na relação de trabalho e emerge como uma reação ao processo de acumulação capitalista²⁰³, para proporcionar proteção mínima à parte hipossuficiente, que precisa vender sua mão-de-obra para subsistir.

No Brasil, não se pode olvidar do caráter disciplinante do discurso predominante à época da criação mais exponente da legislação do trabalho, o que impactou fortemente na subjetividade da classe trabalhadora, que, embora tenha adquirido a noção de legitimação de seus direitos, permaneceu disciplinada, conforme explanado nos capítulos anteriores.

Considerando que cada Direito nacional ostenta, em sua totalidade, a impressão do regime político do qual emana²⁰⁴, pode-se dizer que a construção do Direito do Trabalho no Brasil refletiu as aspirações disciplinantes do governo de Getúlio Vargas, bem como a Reforma Trabalhista aprovada em 2017 reflete as aspirações do governo pós *impeachment*, que rompe com todas as bases do Direito do Trabalho e pretende desconstruir o arcabouço de direitos sociais.

Ademais, cabe ressaltar que o Direito do Trabalho decorre das relações sociais de cada país, ou seja, sua origem está ligada a fatores os quais, de acordo com Marx “dependem do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares²⁰⁵”. No Brasil, tais condições das quais se formou a classe

²⁰² SMITH, Adam: Riqueza das Nações. 2 vols. trad. port., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.

²⁰³ BIAVASCHI, Magda Barros. Direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007. P. 65

²⁰⁴ CESARINO JÚNIOR, Antonio Ferreira. Evolução do Direito Social Brasileiro. Tradução da conferência pronunciada em alemão na Universidade de Heidelberg, jul. 1952.p. 5.

²⁰⁵ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v.1. p. 201.

trabalhadora foram absolutamente disciplinantes, suprimindo, de certo modo, sua capacidade de se insurgir e enfraquecendo, assim, o Direito do Trabalho.

No mesmo sentido, de acordo com Wilson Ramos Filho, a regulação pelo Direito, seja o direito previsto pelo contrato, seja o direito estabelecido por norma heterônoma, é que vai organizar a compra e venda da força de trabalho, restando incontroverso que tal regulação será mais protetora da classe que compra o trabalho quando menor for a capacidade de resistência da classe que vende a força de trabalho²⁰⁶.

Tais teorias são capazes de justificar, de certa forma, a possibilidade do trâmite demasiadamente acelerado e do conteúdo genuinamente devastador da reforma trabalhista de 2017 no que diz respeito às garantias dos trabalhadores.

A classe trabalhadora brasileira, docilizada pelo poder disciplinar e absorvida pela ideologia da classe dominante, internaliza o discurso neoliberal no sentido de que a intervenção do Estado na relação de trabalho é antagônica ao desenvolvimento econômico, admite que lhe escorra pelos dedos, de forma pacífica, os direitos trabalhistas arduamente conquistados.

Ao longo do presente trabalho, foram abordadas possíveis explicações acerca das razões pelas quais a classe dominada adota esse discurso que favorece a classe dominante e aceita, pacificamente, a derrocada de seus direitos.

Neste capítulo, o que se pretende é demonstrar que, os supostos motivos pelos quais a reforma trabalhista de 2017 - exemplo concreto do afastamento do Estado da relação de trabalho - foi aprovada não passam de discursos retóricos, que escondem o verdadeiro motivo pelo qual se deu a sua aprovação, qual seja, a ampliação da exploração da classe trabalhadora.

5.2 OS FUNDAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS PARA A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E SUA DESCONSTRUÇÃO

Uma das principais supostas razões para a realização da Reforma Trabalhista é a necessidade de "modernizar" as relações de trabalho no Brasil.

²⁰⁶ RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.p. 23.

O pressuposto que sustenta essa tese é o de que, depois de 74 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho estaria antiquada²⁰⁷, e, implementada no final do Estado Novo (1937-1945), não caberia em um regime político democrático, o qual deveria assegurar o direito de escolha, promover a liberdade individual e não a intervenção estatal²⁰⁸.

Entretanto, deixa de considerar que a CLT foi sendo alterada historicamente por meio de leis, decretos, emendas constitucionais e medidas provisórias:

Foram promovidas 233 alterações até 2016, 75% das quais ocorreram pela via legislativa. Na ditadura militar houve maior quantidade de decretos emanados do Executivo, sendo, ainda, importante lembrar que a CLT, bem como as instituições do poder judiciário e do Ministério Público do Trabalho que a ela remetem passaram pelo crivo democrático dos legisladores constituintes, sendo fundamentais para a manutenção da plena cidadania social no mundo do trabalho²⁰⁹.

Merece destaque, ainda, o fato de que a redação atual da Consolidação das Leis do Trabalho representa apenas 38% do texto original, ou seja, o que resta da CLT original, hoje, são 352 dos 992 artigos²¹⁰, portanto, a CLT de hoje é o resultado de constantes adaptações sociais, econômicas e jurídicas, para o bem ou para o mal²¹¹.

A tabela abaixo demonstra o número de alterações na CLT realizados por ano. Destaca-se que, nos governos do Partido dos Trabalhadores as mudanças foram significativamente menores e mais pontuais do que no governo anterior²¹², e, ainda, do que pretendem ser no governo pós-impeachment.

²⁰⁷ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 7

²⁰⁸ Ibidem.

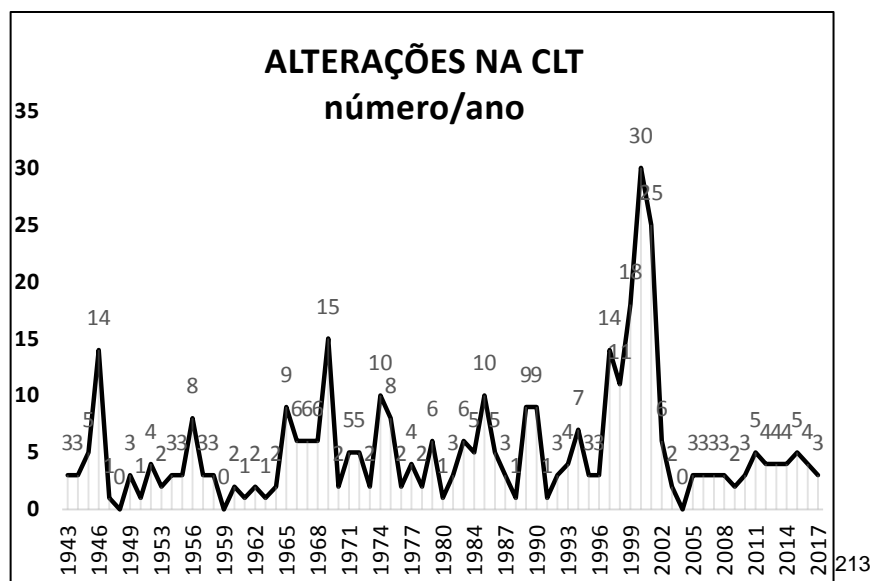
²⁰⁹ Ibidem. p. 14.

²¹⁰ COUTINHO, Aldacy Rachid. DESCONSTRUINDO A FALÁCIA DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 4.

²¹¹ Ibidem.

²¹² KREIN, José Dari.; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira. Tardelli. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. Revista ABET. v. X, n. 2, Jul./Dez. 2011.

ALTERAÇÕES NA CLT



Portanto, não se faz cabível o argumento de necessidade de substituição da CLT em razão de estar obsoleta.

Outro pressuposto recorrente é o de que o regramento normativo e a Justiça do Trabalho promoveriam a insegurança jurídica nas relações de trabalho, partindo do pressuposto de que os empregadores no Brasil são fiéis cumpridores da lei e que somente não o faziam, em algumas situações, devido à complexidade dos instrumentos normativos, além de, muitas vezes, serem surpreendidos por decisões judiciais que ampliavam suas obrigações para além da previsão legal²¹⁴.

Assim, a reforma deveria assegurar o encontro “livre” das vontades individuais²¹⁵, ocultando seu real objetivo, que é enfraquecer a Justiça do Trabalho e desconstruir os princípios centrais do Direito do Trabalho.

Neste ponto, vale ressaltar que quem precisa de segurança jurídica não é o empregador, mas sim o empregado, parte hipossuficiente da relação de trabalho. Logo, a tese da segurança jurídica é um subterfúgio para ocultar os interesses de quem a defende. O objetivo do afastamento do Estado da relação de trabalho é

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/111375/2017_rev_trt09_v006_n061.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2017. p. 158.

²¹⁵ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 8.

“eliminar os entraves que a regulação pública do trabalho coloca à exploração capitalista (...). Como isso não pode ser dito, recorre-se à tese da “segurança jurídica”²¹⁶”.

A justificação da reforma vai além, depositando na própria classe trabalhadora empregada a “culpa” pelo descumprimento da legislação trabalhista:

“convivemos com dois tipos de trabalhadores: os que têm tudo – emprego, salário, direitos trabalhistas e previdenciários – e os que nada têm – os informais e os desempregados. A reforma, portanto, tem que almejar igualmente a dignidade daquele que não tem acesso aos direitos trabalhistas.” (Relatório, 2017, p. 20).

Por detrás dos discursos, a perspectiva é evitar demandas trabalhistas, flexibilizar direitos, precarizar as condições de trabalho. Justo o contrário do afirmado²¹⁷.

Outro ponto a ser ressaltado é a rapidez com que a Reforma Trabalhista de 2017 fora aprovada, sem qualquer discussão voltada à sociedade ou às entidades representativas de classe, ressaltando seu caráter de exceção, nesse sentido, de acordo com António Casimiro Ferreira,

“(...) a aceleração do tempo jurídico, o ritmo acelerado de adoção, de transformação e de alteração da legislação, é a marca da urgência de uma temporalidade de exceção que se impõe hoje como tempo normal”²¹⁸.

Para além do caráter de exceção, cabe destacar que a externalização do discurso neoliberal que pretende afastar o Estado da relação do trabalho é central no Relatório da Reforma Trabalhista de 2017:

“O respeito às escolhas individuais, aos desejos e anseios particulares é garantido pela nossa Lei Maior. Não podemos mais negar liberdade às pessoas, não podemos mais insistir nas teses de que o Estado deve dizer o que é melhor para os brasileiros negando-os o seu direito de escolher. Precisamos de um Brasil com mais liberdade.”²¹⁹.

²¹⁶ Ibidem. p. 20.

²¹⁷ COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 10.

²¹⁸ FERREIRA, Antonio Casimiro. Sociedade de austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida Econômica, 2012. p.79

²¹⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 15/09/2017. P. 17.

Por conseguinte, “ao mesmo tempo em que se limita o papel do Estado nas negociações, propõe-se um sistema no qual o interesse das partes seja respeitado, garantindo-se ao trabalhador liberdade ampla para aderir ou não ao que for negociado”²²⁰, evidencia-se, neste ponto, a falsa ideia, já abordada, de que há igualdade entre as partes na celebração do contrato de trabalho.

Ademais, as propostas de negociação coletiva apontam para a supremacia do negociado sobre o legislado como concretização da mudança paradigmática da racionalidade jurídica da legalidade pela racionalidade econômica da eficiência²²¹.

A observância do negociado seria medida

“acertada [...] contida na proposta do Governo. Ao se abrir espaço para que as partes negociem diretamente condições de trabalho mais adequadas, sem revogar as garantias estabelecidas em lei, o projeto possibilita maior autonomia às entidades sindicais, ao mesmo tempo em que busca conferir maior segurança jurídica às decisões que vierem a ser negociadas. A insegurança jurídica da representação patronal, que não tem certeza se o que for negociado será preservado pela Justiça do Trabalho, é um grande empecilho à celebração de novas condições de trabalho mais benéficas aos trabalhadores e, em última instância, um entrave à contratação de mão de obra”²²².

Entretanto, depositar na vontade das partes a possibilidade de regulação da relação de trabalho é desconsiderar que há desigualdade na relação de emprego, negar o conflito capital/trabalho, e, sobretudo, desconsiderar os princípios do ordenamento jurídico trabalhista, pois “na ausência de proteção social, consagra-se a prevalência do mais forte, o que expõe os trabalhadores a uma série de riscos e inseguranças”²²³.

Os argumentos atuais em nome da “Reforma Trabalhista” pretendem-se “novos” e “modernos”, mas, antes mesmo da “invenção” do Direito do Trabalho, na segunda metade do século XIX, o trabalho era tratado como mercadoria e fator de

²²⁰ Ibidem. p. 26.

²²¹ COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 12.

²²² BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 15/09/2017. p. 26.

²²³ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017.p. 19.

produção no interior do pensamento econômico liberal²²⁴, conforme retratado nos capítulos anteriores, postulava-se o primado da autonomia das vontades.

Assiste-se, atualmente, à reedição do que se consolidara no século XIX: a autonomia das vontades individuais passa a ser predominante, ampliando-se as margens da liberdade de contratação e, por decorrência, o poder de mando dos empregadores²²⁵.

A mudança se situa muito além do que se pretende fazer crer, ou seja, não se reduz a mera reforma, pois, além de romper com os princípios jurídico laborais, inclusive com o princípio reitor – a proteção do trabalhador - não traduz qualquer melhoria nas condições da venda da força de trabalho no mercado. Aponta, por conseguinte, para uma alteração impactante e paradigmática do Direito do Trabalho e seu sistema normativo²²⁶.

Por fim, a lei em questão não possui sequer legitimidade jurídica, pois fere os princípios constitucionais da prevalência dos Direitos Humanos, da progressividade - melhoria da condição social dos trabalhadores- com vistas à construção da justiça social²²⁷.

Assim, os motivos justificadores da reforma não passam de retórica para convencer a classe trabalhadora de que as modificações reestruturantes lhes trarão benefícios, enquanto que, em verdade, serão concretizadoras do neoliberalismo, permitindo, em maior medida, a exploração de mão de obra.

5.3 OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS PARA A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E SUA DESCONSTRUÇÃO

De acordo com a classe empresária, o descompasso entre o crescimento da produtividade e dos salários é incompatível com o padrão de retomada da atividade econômica e do emprego. Segundo esse raciocínio, o desemprego seria devido à ausência de mecanismos regulatórios que possibilitem maior flexibilidade nas regras

²²⁴ Ibidem, p. 9.

²²⁵ Ibidem, p. 13.

²²⁶ COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 2.

²²⁷ MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/111375/2017_rev_trt09_v006_n061.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2017. p. 150.

de contratação, remuneração e uso da força de trabalho²²⁸. Retoma-se, então, a falaciosa ideia do sacrifício dos direitos sociais, e, em especial dos direitos dos trabalhadores, para que se torne possível manutenção do emprego, disciplinando os trabalhadores pelo medo.

Contudo, cabe ressaltar que

“A CLT permaneceu vigente em épocas com distintos percentuais - que variaram, por exemplo, nos últimos 15 anos (2002 a 2017) de 4,3% em dezembro de 2013 a 13,7% em março de 2017 –, sem que tal significasse uma resposta a uma medida legislativa específica, no sentido de acirrar o desemprego ou de superá-lo²²⁹”.

Ainda, as experiências internacionais evidenciam que não é por meio da redução ou da flexibilização de direitos que os empregos serão recuperados e a economia voltará a crescer.

Em 2015, a Organização Internacional do Trabalho analisou, por meio de dois estudos, a relação entre proteção ao trabalho, desemprego, taxa de ocupação e participação. O primeiro estudo foi realizado em 63 países, no período de 1993 a 2013 e o segundo, em 111 países, de 2008 a 2014.

Os resultados confirmam: não há relação entre rigidez da legislação trabalhista e nível de emprego. Ao contrário: países onde a desregulamentação cresceu, o nível de desemprego aumentou no período; onde a regulamentação se intensificou, o desemprego caiu no longo prazo²³⁰.

Ademais, os mesmos estudos demonstram que as estratégias de flexibilização acentuam de forma mais rápida a destruição de postos de trabalho em períodos de crise, de modo que a retomada posterior da atividade econômica, quando ocorrer, não será suficiente para repor os empregos perdidos²³¹.

²²⁸ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 24

²²⁹ COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 9

²³⁰ OIT, World Employment and Social Outlook 2015: The Changing Nature of Jobs, 2015. Disponível em <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm>. Acesso em: 17/07/2017.

²³¹ CISNEROS, m.a.l y TORRES, I..A.G. La flexibilidad Laboral como Estrategia de Competitividad y sus efectos sobre la economía, la Empresa y el Mercado. Contad. Adm. N° 231, México. May/Ago, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-10422010000200003 (Cisneros y Torres, 2010). Acesso em: 17/07/2017.

Além disso, não se pode sustentar que patamares elevados de remuneração levem ao desemprego, já que os custos são projetados no preço da mercadoria produzida²³².

Outro argumento que ganhou força entre os meios empresariais, projetando-se no imaginário da classe trabalhadora, é o de que a crise econômica seria consequência do encolhimento nas margens de lucro dos empresários brasileiros. Os incrementos salariais, superiores à produtividade das empresas, seriam os vilões da elevação dos custos²³³.

A resposta clássica diante desse aumento salarial é a redução dos empregos por meio de políticas de ajuste, de modo a forçar a queda dos salários. Dessa forma, o desemprego é utilizado como um instrumento de regulação do preço da força de trabalho no mercado²³⁴. Assim, com a Reforma Trabalhista, os empregadores buscam facilitar a rotatividade, e, ainda, reduzir os custos de dispensa²³⁵.

Portanto, não se pode adaptar os princípios e objetivos do Direito do Trabalho aos desajustes econômicos, de modo a corroborar com a vontade do setor empresarial de reduzir seus custos por meio da diminuição de direitos dos trabalhadores, ou, validar, juridicamente, o subemprego, na ilusão de que se esteja ampliando o acesso de mais trabalhadores ao mercado de trabalho²³⁶.

5.4 A PERSPECTIVA DOS IMPACTOS PRÁTICOS OCASIONADOS PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017

Neste ponto pretende-se ressaltar, brevemente, os principais efeitos práticos esperados com a aprovação da Reforma Trabalhista, principalmente no que diz respeito ao afastamento do Estado da relação de trabalho.

²³² COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 9

²³³ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 25

²³⁴ Ibidem. P. 26

²³⁵ Ibidem

²³⁶ MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/111375/2017_rev_trt09_v006_n061.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2017. P. 153

Ao se justificar como provedora da “segurança jurídica” e como veículo para a “modernização” das relações de trabalho, a Reforma Trabalhista promove os instrumentos para que as empresas ajustem a demanda do trabalho à lógica empresarial, reduzindo os custos que garantem estabilidade e segurança aos trabalhadores²³⁷. Isto fica evidente quando analisadas as novas regulamentações propostas em relação ao trabalho temporário, terceirizado, jornada parcial, trabalho autônomo, assim como a criação de uma nova forma de contrato, qual seja, a do trabalho intermitente²³⁸, que se opõem ao contrato por tempo indeterminado e prometem ser extremamente eficientes na promoção da instabilidade e no rebaixamento da remuneração²³⁹.

A Reforma cria uma nova figura do trabalho – fruto da flexibilização e da precarização – a do trabalhador *just in time*. A regulamentação e liberalização do contrato de trabalho temporário e a terceirização de qualquer atividade, incluindo-se a atividade fim, já implementadas na Lei nº 13.429/2017, assim como a legalização irrestrita do trabalho autônomo proposta no PLC 38/17, são instrumentos fundamentais nesta transformação²⁴⁰.

No tocante à permissão da terceirização irrestrita, cabe ressaltar que é da própria lógica do capital desordenar continuamente a organização das empresas, que investem em estruturas que privilegiam empregos dominados por alta qualificação e alta produtividade e terceirizam as ocupações pouco qualificadas e de baixa produtividade, excluindo parcela dos trabalhadores da distribuição do crescimento da renda nacional²⁴¹.

²³⁷ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 33

²³⁸ Ibidem. Também conhecido como contrato de zero hora, o contrato de trabalho intermitente garante que o trabalhador permaneça subordinado à contratante, ao mesmo tempo em que esta tem o direito de utilizar de seu trabalho de acordo com sua necessidade. De acordo com o parágrafo terceiro do artigo 443: “Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador”. Conforme previsto no projeto, esse contrato permitirá a prestação de serviços de forma descontínua, subornando o trabalho a eventuais necessidades do empregador, com o respectivo pagamento proporcional ao número de horas trabalhadas. Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 35.

²³⁹ Ibidem. p. 36.

²⁴⁰ Ibidem. p. 34

²⁴¹ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 39

A terceirização generalizada, portanto, representa uma destruição completa do projeto de direito social, permitindo a formação de empreendimentos empresariais cuja atividade é a venda de serviços prestados por seres humanos e não propriamente de um produto²⁴², ou seja, empreendimentos que alugam mão de obra. Ademais, com a aprovação da terceirização irrestrita, o conceito de categoria profissional será substituído por prestadores de serviços, levando à desconstrução e à desestruturação das categorias profissionais²⁴³, o que contribui ainda mais para a dessubjetivação de classe.

Cabe ressaltar, ainda, que, quando a lei autoriza a terceirização da atividade-fim cria-se a ilusão de que é possível o capital se realizar sem uma correlação com o trabalho. Em outras palavras, se torna juridicamente permitido ao capital não se ver mais obrigatoriamente preso ao projeto social, estando submetido somente à sua própria lógica²⁴⁴.

Não bastassem as novas formas precárias de contratação e permissão da terceirização irrestrita, o projeto introduz um artigo - Art. 442-B - para afirmar que a contratação de trabalhador “autônomo”, cumpridas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado, ou seja, é efetivada a legalização da pejetização do trabalhador e da eliminação de todos os direitos garantidos pela CLT²⁴⁵, descaracterizando qualquer possibilidade de vínculo de emprego, e, assim, qualquer reponsabilidade do empregador. Assim, para os trabalhadores que são obrigados a se tornar pessoa jurídica, ainda que trabalhem com assiduidade e exclusividade para o mesmo empregador, se desfaz a possibilidade de exigirem seus direitos na justiça trabalhista²⁴⁶, cuja centralidade no cumprimento da regulação das relações de trabalho pretende-se afastar.

Não há dúvidas de que essas alterações aceleram o processo de desconstrução de direitos e a formação de um mercado de trabalho bastante

²⁴² MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/111375/2017_rev_trt09_v006_n061.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2017. P. 156.

²⁴³ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 39

²⁴⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/111375/2017_rev_trt09_v006_n061.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2017. P. 156.

²⁴⁵ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 40

²⁴⁶ Ibidem.

flexível, com rebaixamento dos salários e consequências deletérias às fontes de financiamento dos fundos públicos, especialmente da seguridade social e do FGTS²⁴⁷, cumprindo-se o programa do neoliberalismo.

Outro ponto a ser ressaltado é o de que a agenda da Reforma Trabalhista pretende, além de afastar o Estado da regulamentação da relação de trabalho, tomando as partes como sujeitos “livres” e iguais para contratar, afastar de forma mais ampla possível a atuação determinante da Justiça do Trabalho na efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

Utiliza-se o argumento de que a judicialização dos conflitos suprime a negociação igual entre as partes, entretanto, para além do fato de que não há negociação igualitária, importa dizer que, desde a criação da Justiça do Trabalho, não se eliminou a negociação direta entre empregadores e empregados, de modo que o sistema brasileiro de regulação das disputas e negociações coletivas, até a realização da reforma, era bifronte²⁴⁸.

No mesmo sentido, em relação à judicialização dos conflitos, o relatório da reforma aponta que o Brasil seria “o campeão de ajuizamento de ações trabalhistas em todo o mundo²⁴⁹”.

Entretanto, de acordo com dados do relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça-CNJ para 2016, 49,43% das demandas trabalhistas decorrem do não pagamento das verbas rescisórias pelos empregadores quando das despedidas, seguidas dos pedidos de pagamento de horas extras prestadas e do reconhecimento do vínculo de emprego em relações burladas²⁵⁰. Ou seja, a judicialização dos conflitos se dá justamente porque o empregador não cumpre com o pacto “igualitariamente firmado”, o que enfatiza, inclusive, a fragilidade do proletário dentro da relação de trabalho.

A partir desses dados resta refutado o argumento apresentado no relatório da reforma segundo o qual o excesso de demanda teria como causa as dúvidas suscitadas pelo detalhamento acentuado das obrigações trabalhistas pela CLT²⁵¹. O

²⁴⁷ Ibidem. P. 49.

²⁴⁸ Ibidem. P. 15.

²⁴⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 15/09/2017. p. 22.

²⁵⁰ Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017. p. 15

²⁵¹ Ibidem.

verdadeiro excesso de demandas trabalhistas no Brasil é, na realidade, fruto do descumprimento sistemático de direitos essenciais por parte dos empregadores²⁵², que poderão continuar fazendo-o, mesmo com a aprovação da reforma que precariza os direitos dos trabalhadores.

Assim, na afirmação da supremacia do encontro “livre” de vontades “iguais” e no ataque à Justiça do Trabalho, o que se pretende é desconstituir a tela de proteção social e, em decorrência, esvaziar a Justiça do Trabalho, cuja função primeira é concretizar o Direito do Trabalho²⁵³.

Em outra frente, a reforma atua na imposição de regras e critérios de interpretação judicial que limitam a atuação dos órgãos que compõem a Justiça do Trabalho, determinando que súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão criar obrigações que não estejam previstas em lei²⁵⁴.

Fica, assim, estabelecido o princípio da estrita legalidade, muito distante dos princípios que fundamentam o Direito do Trabalho desde sua origem, em desrespeito, ainda, à moderna hermenêutica constitucional e de direitos humanos²⁵⁵.

Por fim, no que tange à organização sindical, aponta-se para o fim da compulsoriedade da contribuição sindical, supostamente em busca de

“uma estrutura sindical em que as entidades sejam mais representativas e mais democráticas. Embora reconheçamos a existência de inúmeros sindicatos altamente representativos, não podemos fechar os olhos para a outra realidade do nosso sistema sindical, em que proliferam sindicatos de fachada. E, nesse ponto, temos a convicção de que a sugestão de retirar a natureza de imposto da contribuição sindical, tornando-a optativa, será de fundamental importância no processo de fortalecimento da estrutura sindical brasileira” (Relatório, 2017, p. 28)²⁵⁶.

A possibilidade da contribuição optativa amolda-se perfeitamente no pensamento neoliberal acerca do sindicalismo.

Nesse sentido, Friedrich Hayek, principal referência do discurso neoliberal, considera “especialmente perigoso” o poder alcançado pelos sindicatos. Isso porque se tem admitido que eles exercem um poder de coerção “sobre aqueles que querem

²⁵² Ibidem

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem. p. 16

²⁵⁵ Ibidem

²⁵⁶ COUTINHO, Aldacy Rachid. Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico. p. 13.

trabalhar em condições não aprovadas pelos sindicatos” e que se tornaram capazes de exercer igualmente uma poderosa coerção sobre os empregadores²⁵⁷. De acordo com Hayek, “o poder dos monopólios sindicais é, juntamente com os modernos métodos de tributação, o principal fator de desencorajamento do investimento privado em equipamento produtivo²⁵⁸”, assumindo que o Estado e a sociedade devem se curvar às necessidades do mercado.

Hayek contesta “até onde se permitirá que os grupos organizados de trabalhadores industriais utilizem o poder coercitivo que adquiriram de forçar no resto do país uma mudança nas instituições fundamentais em que assenta o nosso sistema econômico e social²⁵⁹”. Até onde permitirá o Estado é o que Hayek quer dizer, mostrando que, apesar do alarido à volta das teses do estado mínimo, o grande capital financeiro não dispensa a proteção de um estado de classe forte e disposto a tudo²⁶⁰.

Assim, as condições benéficas ao capital são fáceis de serem alcançadas, basta que se diminua o poder dos sindicatos e se deixe de cobrar impostos a fim de distribuir renda.

Portanto, pode-se afirmar que a “modernização trabalhista” atende aos interesses de um forte estado de classe, capaz de prosseguir a plena liberdade de ação das instituições financeiras, a livre circulação de capitais em nível mundial, a privatização de todos os serviços públicos, a aplicação de sistemas fiscais que favorecem os ricos e sufocam os pobres, a desregulamentação das relações de trabalho - transformando o Direito do Trabalho em direito dos empresários - e a limitação do poder dos sindicatos²⁶¹. Tudo isso sem temer a Justiça do Trabalho.

Seu objetivo último é destruir todo o tecido de regulamentação, porque nada, aos olhos do grande capital e dos gestores leais do capitalismo justifica a manutenção das ‘imperfeições’ que foram introduzidas no sistema de mercado em sentido favorável aos trabalhadores²⁶².

²⁵⁷ HAYEK, Friedrich A. – “The Use of Knowledge in Society”, em *The American Economic Review*, Vol. XXXV, nº 4, set/1945, p. 519-530.

²⁵⁸ Ibidem.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ NUNES, António José Avelãs. *O estado capitalista e suas máscaras*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 146.

²⁶² Ibidem. p. 291.

5.5 O PODER DISCIPLINAR E A ABSORÇÃO DA IDEOLOGIA DA CLASSE DOMINANTE COMO FATORES MOTIVACIONAIS DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017

Por meio da realização da reforma trabalhista, permitida pela dessubjetivação da classe trabalhadora, o discurso neoliberal se apresenta, vez mais, em oposição aos interesses da classe dominada, pois o neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades daqueles que, sem serem legitimamente donos do capital, vivem do rendimento de seu trabalho²⁶³.

É inegável o papel exercido pelo poder disciplinar e pela absorção das ideias políticas relacionadas aos interesses da classe dominante na apatia da classe trabalhadora em face da aprovação de uma reforma que significa a quebra do paradigma da proteção do trabalhador por parte do Estado.

Será inaugurado um novo sistema que substitui o mito de fundação, de tutela e proteção do trabalhador hipossuficiente para a autonomia negocial privada individual e coletiva. Rechaça e realoca o Estado, abandonando o Bem-estar para acolher o Mínimo, adotando a ideologia neoliberal e abstraindo a necessidade de intervenção estatal no mercado²⁶⁴. Será substituído o projeto de uma sociedade salarial, isto é, uma universalização do assalariamento regulamentado como padrão por uma sociedade de trabalho fragmentado e precário²⁶⁵.

Foi desconsiderado que o ordenamento não pode estabelecer um padrão jurídico e, em paralelo, criar outro padrão contraditório em relação ao primeiro. A ordem jurídica se estabelece a partir do parâmetro de regra e exceção, sendo que as exceções, precisam, além disso, ser claramente justificadas. Assim, não é possível que a ordem jurídica estabeleça a relação de emprego como regra geral de vinculação entre o capital e o trabalho e permita, paralelamente, que a relação de emprego não seja esse mecanismo de vinculação do capital ao trabalho, vendo o

²⁶³ Ibidem. p. 239.

²⁶⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/111375/2017_rev_trt09_v006_n061.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/09/2017. p. 150

²⁶⁵ Ibidem.

trabalho tão somente como o efeito de um ajuste de vontades, que possibilita ao capital se distanciar, quando queira, do trabalho²⁶⁶.

Desse modo, sem práticas institucionais e sociais que estimulem o pensamento crítico e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. A questão é que a classe trabalhadora docilizada e absorvida pela ideologia da classe dominante não percebe os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade²⁶⁷.

O direito emergente da Reforma Trabalhista de 2017 segue os padrões do atual capitalismo financeiro como um modelo de organização das relações, não apenas econômicas, mas em geral das relações humanas. Ademais, desconsidera a normativa constitucional e as discussões sociais, caracterizando um direito de exceção que “surge agora como incontornável, não podendo contra ele valer a soberania popular ou o princípio da produção democrática do direito²⁶⁸”.

Com a reforma, a intervenção do Estado na relação de trabalho, a fim de proteger o trabalhador, é despojada das garantias mínimas asseguradas a fim de ceder lugar às regras do mercado de trabalho. Assim, a condição do trabalhador resta sujeita à benesse (ou falta dela) do empregador e à correlação entre oferta e demanda de mão-de-obra.

5.6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta claro que os argumentos para a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 não passam de retórica a fim de mascarar o seu verdadeiro fim, qual seja, o de atender aos interesses do capital, permitindo a ampliação da exploração de mão de obra.

O relatório da reforma comporta o conteúdo das pretensões do neoliberalismo nos moldes simplórios de um discurso que se pretende socialmente louvável, isto é, objetivou-se adotar – retoricamente – as concepções já presentes no imaginário social para justificar a perda de direitos, utilizando-se das próprias ideias internalizadas pela classe trabalhadora em desfavor dela mesma.

²⁶⁶ Ibidem. p. 155.

²⁶⁷ SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 42.

²⁶⁸ FERREIRA, Antonio Casimiro. Sociedade de austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida Econômica, 2012. p.75

Assim, a classe trabalhadora, já desprovida de consciência de classe e absorvida pelo discurso neoliberal tende a acreditar na Reforma Trabalhista como um benéfico afastamento do Estado em prol das liberdades individuais, sem se dar conta da sua finalidade de ampliação da exploração do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou estudar as possíveis explicações pelas quais a classe trabalhadora permanece inerte diante da aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, haja vista a explanada extensão de seus impactos no que diz respeito à precarização do trabalho, o que faz do tema incontestavelmente relevante na atualidade.

No primeiro capítulo procurou-se expor em que medida a dessubjetivação de classe – explicada por meio da incidência do poder disciplinar e da absorção da ideologia da classe dominante - pode contribuir para essa apatia da classe trabalhadora. Conforme visto, essa dessubjetivação faz com que a classe desprovida dos meios de produção identifique seus interesses como sendo os interesses da classe antagônica, em face da qual não se deve insurgir. Ademais, as amarras do poder disciplinar identificam qualquer postura combativa a ser adotada diante das desigualdades sociais com a delinquência, absolutamente reprovada no meio social.

Portanto, pode-se dizer que a perda da consciência de classe aliada à disciplina do poder, suprime a combatividade da classe trabalhadora no que diz respeito à perda de direitos sociais, e, em especial, de direitos trabalhistas, criando sujeitos conformados e submetidos ao sistema capitalista.

Na segunda parte do trabalho, buscou-se explicar em que medida a configuração vigente ao longo da construção da normativa trabalhista brasileira impactou, também, na subjetividade dos trabalhadores.

De acordo com o exposto, embora a criação e a consolidação das leis do trabalho tenham criado a noção de legitimidade de direitos, sobrevieram de forma a estimular a cooperação com o Estado e sistema capitalista, em uma perspectiva de que aos trabalhadores seriam outorgados direitos, entretanto, em contrapartida, estes deveriam trabalhar assiduamente, e, acima de tudo, disciplinadamente.

Foi possível concluir que, nessas circunstâncias não se tornou viável, na sociedade brasileira de forma geral, o nascimento do sentimento de necessidade rompimento com o modo de produção e de insurreição diante das desigualdades que permeiam as relações.

No terceiro capítulo procurou-se abordar os impactos da introdução do discurso neoliberal no imaginário da classe trabalhadora brasileira. Foi possível

perceber que o objetivo dessa introdução é o afastamento do Estado da regulação e da regulamentação da relação de trabalho, alegando, de forma retórica, que as “amarras” do Estado seriam óbice ao desenvolvimento econômico do país e delegando às partes uma “liberdade” de contratação inexistente diante da dessubjetivação de classe e da necessidade da classe trabalhadora de se colocar no mercado para subsistir.

Contudo, essas ideias de liberdade e de desenvolvimento são mera retórica para mascarar o verdadeiro fim deste afastamento, qual seja, possibilitar ainda mais o aumento da exploração da mão de obra.

Nestas circunstâncias, pode-se dizer que, em decorrência da absorção do discurso neoliberal que permeia o imaginário social, a correlação de forças encontra-se em um momento extremamente favorável ao capital, de forma que, sem oposição da classe trabalhadora - adestrada pelos mecanismos disciplinares de poder - configura-se o momento ideal para afastar o Estado da regulamentação da relação de trabalho, que impõe, muitas vezes, freios ao capital – embora não seja imune a críticas.

Por fim, na quarta parte do trabalho, pretendeu-se demonstrar de forma mais concreta o objetivo de afastamento do Estado das relações de trabalho através da Reforma Trabalhista de 2017 e seus impactos práticos. Foi possível concluir que as razões invocadas para justificar a perda de direitos trabalhistas procuram refletir as ideias neoliberais preponderantes no meio social, tendo em vista a já abordada dessubjetivação de classe. Espelhando os falsos anseios sociais, os argumentos para a aprovação da reforma pretendem convencer dos supostos benefícios decorrentes desta.

Ademais, foi possível vislumbrar que tais razões para a aprovação são construídas por argumentos absolutamente falaciosos e facilmente desconstruídos, os quais se pretendem novos e benéficos mas que não passam de retórica para convencer a classe trabalhadora, já desprovida de consciência de classe, afastada de suas entidades de representação e historicamente docilizadas, de que a reforma lhe trará benefícios.

Importa ressaltar também o caráter inconstitucional de vários pontos contidos na Reforma Trabalhista de 2017, a começar pelo seu trâmite de aprovação, realizado sem qualquer discussão social e nos moldes de um estado de exceção.

Entende-se, assim, que a apatia da classe trabalhadora diante da derrocada de seus direitos se coloca como um dos permissivos da Reforma Trabalhista de 2017, a qual se caracteriza como um espantoso retrocesso social no que diz respeito ao Direito do Trabalho, e, em especial, às normas de proteção ao trabalhador, além de contrariar manifestamente os preceitos da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Jorge Luiz Candido de; GUIMARÃES, Jane Rodrigues. A Gestão do trabalho, do homem e da vida a partir do pensamento de Foucault: **Revista Kineses**. Vol. I. nº 02. Outubro 2009. p. 124 – 133. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Artigo09.Jorge.Luiz.pdf>>. Acesso em: 08/11/2016.>.

BIAVASCHI, Magda Barros. **Direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas**. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

Boito, Armando 2004 “**Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro**” em Congrès Marx International IV (Francia).

Boletins do MTIC. N. 110, outubro de 1943, p. 332-3. In: GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDEIEU, Pierre. **Poder, derecho y clases sociales**. Bilbao: Desclée de Brouwer S. A., 2000.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro:Zahar, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 15/09/2017

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.442, de 01 mai 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 15/07/2017.

BRASIL. Decreto nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Diário Oficial, Brasília, FR, 11 de jan. 1907. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em: 15/07/2017.

CESARINO JÚNIOR, Antonio Ferreira. **Evolução do Direito Social Brasileiro**. Tradução da conferência pronunciada em alemão na Universidade de Heidelberg, jul. 1952.

CISNEROS, m.a.I y TORRES, I..A.G. **La flexibilidad Laboral como Estrategia de Competitividad y sus efectos sobre la economia, la Empresa y el Mercado**. Contad. Adm. Nº 231, México. May/Ago, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-10422010000200003 (Cisneros y Torres, 2010). Acesso em: 17/07/2017.

CORRÊA DE MORAES, Reginaldo C. **Liberalismo e neoliberalismo** - uma introdução comparativa. Texto preparado para uma palestra proferida na Semana de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André. Setembro de 1997. Disponível em: <https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2011/06/lib_neolib_compara.pdf>. Acesso em: 15/08/2017.

COUTINHO, Aldacy Rachid. **Desconstruindo a falácia da Reforma Trabalhista de 2017**: análise crítica dos argumentos retóricos do jurídico, do social e do econômico.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Efetividade do direito do trabalho: uma mirada no “homem sem gravidade”: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. V. 45, n. 75. P. 93-105. Jan./jun. 2007. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Aldacy_Coutinho.pdf>. Acesso em: 18/07/2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Dossiê: reforma trabalhista. Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Unicamp. Campinas: 2017.

FERREIRA, Antonio Casimiro. **Sociedade de austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Econômica, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 15/01/2015.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 218.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRENCH, John D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FRENCH, John. **O ABC dos operários**: Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec Editora, 1995.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HAYEK, Friedrich A. – “The Use of Knowledge in Society”, em **The American Economic Review**, Vol. XXXV, nº 4, set/1945.

KREIN, José Dari.; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira. Tardelli. **Trabalho no Governo Lula**: avanços e contradições. Revista ABET. v. X, n. 2, Jul./Dez. 2011.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. 3.ed. São Paulo: Ed. Abril, 1983.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. **A ideologia do contrato de trabalho**: Contribuição à leitura marxista da relação jurídica laboral, São Paulo. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “CLT de Temer” & Cia Ltda. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, n. 6, n. 61, jul./ago., 2017. Disponível em: Acesso em: 01/09/2017.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Raniei. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Global, 1987.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MORAES, Reginaldo C. Correa de. **Liberalismo e Neoliberalismo** – uma introdução comparativa. Palestra proferida na Semana de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André. Setembro de 1997. Disponível em

https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2011/06/lib_neolib_compara.pdf.
Acesso em: 25/07/2017.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

NAVES, Marcio Bilharinho. **Marxismo e Direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.

NUNES, António José Avelãs. **O estado capitalista e suas máscaras**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

OIT, **World Employment and Social Outlook 2015**: The Changing Nature of Jobs, 2015. Disponível em <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm>. Acesso em: 17/07/2017.

OLIVEIRA, F. **Vanguarda di atraso e atraso da vanguarda**. Praga Estudos Marxistas, n. 4, p. 31-42. Dez. 1997.

PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A Teoria do Direito e o Marxismo**. Trad. Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PERES, Rodrigo Sanches. HASHIMOTO, Francisco. CASADORE, Marcos Mariani. org. [et al.] **Sujeito contemporâneo, saúde e trabalho**: múltiplos horários. São Carlos: EdUFSCar: 2017.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho**: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS. Michel Carlos Rocha Santos. **A relação de emprego como relação de poder**: ensaio a partir de Michel Foucault. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ef0d3930a7b6c95b>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

SILVA, Wanise Cabral. **As Fases e Faces do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.

SMITH, Adam: **Riqueza das Nações**. 2 vols. trad. port., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2012.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Liberalismo e Neoliberalismo**: semelhantes mas diferentes. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/liberalismo-e-neoliberalismo.pdf. Acesso em: 10/08/2017.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **A estruturação do mundo do trabalho**: super exploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Tradução: Fernando Correa Prado – Uberlândia: EDUFU, 2009.